

18. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 32.101

A Secretaria, anteriormente denominada Secretaria de Estado de Planejamento do Distrito Federal, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, criada a partir da publicação do Decreto n.º 32.716 de 01 de janeiro de 2011, tem as seguintes competências, de acordo com os termos do Decreto nº 31.085, de 26 de novembro de 2009, e do Decreto nº 31.305, de 04 de fevereiro de 2010:

I – formular, definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas ao planejamento estratégico, modernização, desburocratização e avaliação da gestão dos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Governo do Distrito Federal;

II – formular, orientar e coordenar o processo de elaboração e acompanhamento do planejamento anual, plurianual e da execução do orçamento do Governo do Distrito Federal;

III – definir políticas, diretrizes e promover a coordenação da gestão de suprimentos de materiais, transporte interno, comunicação e documentação administrativa, patrimônio e serviços dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;

IV – estabelecer políticas, diretrizes e normas para a disponibilização de informações a cidadãos, empresas, governo, servidores sobre os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;

V – coordenar e articular ações que subsidiem a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos voltados para resultados e cumprimento das metas governamentais estratégicas;

VI – promover parcerias e estimular a interação entre os órgãos da Administração do Distrito Federal para o desenvolvimento de programas e projetos de gestão pública;

VII – gerenciar, controlar e acompanhar as atividades de implementação e produção dos sistemas corporativos de informação e gestão da infraestrutura de equipamentos e redes de processamento de dados.

Conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura Administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, alínea XV, foi alterada a denominação de Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento para Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria passa a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, cuja denominação foi mantida, com atuação e competências nas seguintes áreas:

I - planejamento, gestão e modernização administrativa;

II - elaboração orçamentária;

III - gestão estratégica governamental e gestão por resultados;

IV - gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo;

V - captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito;

VI - relacionamento com organismos internacionais;

VII - gestão de pessoas;

VIII - formação e capacitação do servidor público distrital;

IX - saúde e previdência do servidor público distrital;

X - compras e logística no Distrito Federal;

XI - patrimônio do Distrito Federal;

XII - tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal;

XIII - avaliação de políticas públicas.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	87
Cedidos – fora GDF	06
Requisitado fora GDF – PASUS	10
Temporário – em exercício	00
Temporário – afastado	00
CLT – em exercício	09
CLT – afastado	00
Conselheiro	00
Estatutário – em exercício	862
Estatutário - afastado	20
Sem vínculo – em exercício	150
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	1021
Total ativos - afastado	21

Fonte: COGEP/SUAG/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	0	1.908.497	709.052	709.052
4008 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF- EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO- TAGUATINGA	0	1.908.497	709.052	709.052
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	46.724.410	15.698.719	10.346.776	10.346.776
0029 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	46.724.410	15.698.719	10.346.776	10.346.776
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CETIC	45.000.000	6.500.000	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CETIC-- PLANO PILOTO .	45.000.000	6.500.000	0	0
2415 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	42.006.896	0	0	0
8906 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI--DISTRITO FEDERAL	42.006.896	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.529.512	7.290.024	2.535.890	2.535.890
0016 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	13.529.512	7.290.024	2.535.890	2.535.890
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.090.000	5.884.068	3.554.892	2.956.951
0003 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET--DISTRITO FEDERAL	1.090.000	5.884.068	3.554.892	2.956.951
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	12.280.000	248.000	244.375	244.375
6195 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	12.280.000	248.000	244.375	244.375
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.800.000	159.582	0	0
5826 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2.800.000	159.582	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	48.490.000	9.582.893	2.421.089	2.421.089
0003 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	48.490.000	9.582.893	2.421.089	2.421.089
TOTAL DO PROGRAMA 6203	211.920.818	47.271.783	19.812.074	19.214.133

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Limite da Despesa de Pessoal/RCL	%	48,01	31-jan-15	Anual	≤ 49	≤ 48	≤ 47	≤ 46,55	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Total dos Investimentos/RCL	%	9,39	31-jan-15	Anual	10	10	10	10	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Resultado Primário Orçamentário (em mil)	R\$	-514	31-jan-15	Quadrimestral	-1.422	-610	-305	A DEFINIR	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Taxa de execução orçamentária dos projetos estratégicos	%			Trimestral	75	80	85	90	Sistema Gestão DF/SEPLAG / UO 32101 / OE 3
Taxa de atingimento das metas dos acordos de resultados	%			Semestral	80	85	90	95	Sistema Gestão DF/SEPLAG / UO 32101 / OE 3
Servidores Capacitados	Pessoa			Anual	6000	7000	7000	7000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 4
Atendimento ao Servidor	Pessoa			Anual	700	750	750	800	OUVISER/SE PLAG / UO 32101 / OE 4
Implementar, homologar o Novo Sistema de Recursos Humanos	%			Anual	5	35	40	20	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
Implementar, homologar o Novo Sistema Eletrônico de Compras	%			Anual	70	80	90	100	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas pelas diversas áreas de atuação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, com as principais realizações executadas ao longo do exercício de 2016 e demonstra, em especial, o compromisso do Governo do Distrito Federal em concretizar a estratégia voltada em promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa.

1.1. Tecnologia da Informação

A atuação da área de Tecnologia da Informação focou em quatro pontos estratégicos:

- Manutenção e continuidade dos serviços corporativos prestados pelo Centro de Dados e pela Rede GDFNet ao complexo administrativo do Distrito Federal. No período de janeiro a dezembro, a disponibilidade dos sistemas e serviços foi de 99,91%;
- Expansão do Centro de Dados e da Rede GDFNet a fim de atender as demandas de segurança e de implantação de novos sistemas, tais como o Sistema Eletrônico de Informação - SEI e novo SIGRH;
- Informatização da Secretaria, foram implementados no ano de 2016 diversos sistemas, tais quais: o SEI, o Sistema de Atendimento da SUBSAÚDE, o Portal do Voluntariado, Sistema de Chamados, Sistema de Perícias Médicas, dentre outros.
- Coordenação das ações da Secretaria Executiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação a fim de atualizar os normativos, a Estratégia Geral de TI e propor grupos temáticos para o aprimoramento da TI.

Nesse entendimento, o primeiro, o terceiro e o quarto itens foram executados de forma satisfatória. O segundo está em andamento, sendo a conclusão desta fase prevista para o primeiro quadrimestre de 2017.

A manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do Centro de Dados – CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública.

Para que haja a expansão dos serviços prestados, estão em andamento a expansão da sala segura, com o aumento da área de alocação de equipamentos e dos sistemas de sustentação do ambiente (condicionadores de ar de precisão, nobreak e sistema de geração de energia), possibilitando a expansão das unidades atendidas pelo SEI! e a expansão do segmento de fibra ótica da Rede GDFNet, provendo nesta fase acesso de qualidade à rede e à internet a escolas e hospitais definidos em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde, respectivamente.

No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, o ano foi extremamente produtivo. Foram colocados em produção diversos sistemas como o Sistema Eletrônico de Informação – SEI!, utilizado a pleno vapor na SEPLAG. As estatísticas indicam a criação de 1207 processos apenas na Secretaria, gerando redução na impressão de papel e no tempo de tramitação de processos.

As ações da Secretaria Executiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, coordenada pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC, merecem grande destaque. No presente ano foi aprovada a Estratégia Geral de TI, documento norteador das ações de TIC dos órgãos e entidades da Administração Distrital. Foram criados também diversos grupos de trabalho com temas críticos à área, tendo sido concluídos os de Rubricas Orçamentárias e Minimizando os Riscos na Recepção de Software.

Principais Resultados Rede GDFNet (Jan – Dez/2016)

A Rede Corporativa Metropolitana do GDF – GDFNet é uma rede de dados que atende aos Órgãos e Unidades Administrativas do Governo Distrital disponibilizando acessos para comunicação entre as Unidades e das Unidades à rede mundial Internet. Atualmente é formada por fibras óticas, rádios comunicadores e serviços contratados de acesso à internet e links contratados na tecnologia MPLS para atendimento a várias Unidades do Complexo Administrativo do Governo de Brasília.

Evolução da Rede GDFNet

GDFNET REDE PRÓPRIA (FIBRA ÓTICA)	
Até 2014	141
2015 – 2016	52
Da Secretaria de Saúde	12
Da Secretaria de Educação	13
Demais Órgãos	27
Total de Órgãos atendidos	193

GDFNET REDE TERCEIRIZADA (MPLS)	
Até 2014	200
Total 2015 - 2016	71
Da Secretaria de Saúde	19
Da Secretaria de Educação	0
Demais Órgãos	52
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	271

GDFNET GERAL (PRÓPRIA E TERCEIRIZADA)	
Até 2014	341
Total 2015 - 2016	123
Da Secretaria de Saúde	31
Da Secretaria de Educação	13
Demais Órgãos	79
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	464

Unidades que foram atendidas até final de dezembro:

1. Backbone SCIA (Estrutural);
2. Administração do SCIA (Estrutural);
3. Agência do Trabalhador - Galeria Oeste;
4. Agência 108 SUL da SEF;
5. ETA BRASÍLIA DA CAESB;
6. 20º BPM;
7. CAESB Águas Claras;
8. 17º BPM;
9. DER Colorado;
10. BPRV da PMDF no Colorado;
11. Data Center Secundário da SEF no SIA;
12. Administração Regional de Sobradinho;
13. Biblioteca Pública de Sobradinho;
14. EMATER Sobradinho;
15. Agência da Receita de Sobradinho;
16. Agência do Trabalhador de Sobradinho;
17. 2º GBM de Taguatinga (Bombeiros);
18. 2º BPM de Taguatinga (PM)
19. 17ª DP de Taguatinga

Da Secretaria de Saúde:

20. HMIB – Asa Sul;
21. Laboratório Central – Asa Norte;
22. Hospital de Base;
23. Hospital de Sobradinho;
24. HRAN – Asa Norte;
25. FEPECS – Asa Norte;
26. Hemocentro – Asa Norte;
27. Sede da Saúde (final da Asa Norte, antigo prédio da CLDF);
28. Farmácia de alto Custo do Gama;
29. Hospital Dia – Asa Sul;
30. Centro de Saúde na Cidade Estrutural;
31. Farmácia de Alto Custo – Asa Sul – Estação 102 do metro;
32. Unidade de órteses e Próteses – Asa Sul – Estação 114 do metro;
33. Hospital Regional de Ceilândia, link principal;
34. Hospital Regional de Planaltina, link principal;
35. Redundância do Hospital Regional de Sobradinho I;

Da Secretaria de Educação:

36. Sede I – Ed. Phenícia Asa Norte;
37. Sede II – 607 Norte;
38. Sede III – SIA;
39. Centro Educacional 01 da Cidade Estrutural (CED-01);
40. Escola Classe 02 da Cidade Estrutural (EC-02);
41. Centro de Educação Infantil 01 da Cidade Estrutural (CEI-01);
42. Centro de Ensino Fundamental 02 da Cidade Estrutural (CEF-02);
43. Biblioteca Pública da Estrutural;
44. Centro Educacional Gisno – Asa Norte;
45. Escola Rural Várzea – Planaltina;
46. Escola Rural Pipiripau – Planaltina;
47. Regional de Ensino de Taguatinga;
48. Biblioteca Pública de Taguatinga

Foram construídos até o momento 58 km de rede ótica entre expansões de backbone, subanéis e acessos.

Até 31/12/2016 atingiu-se 71 km de rede ótica construída neste governo.

Com isso a rede GDFNet atingiu em 31/12/2016 221 km de rede ótica construída, além de aproximadamente 300 km de rede compartilhada com RNP e MPOG por meio dos acordos de cooperação técnica.

Outros Resultados Obtidos no período:

Projeto
Manutenção dos serviços de comunicação prestados pela Rede GDFNet
Manutenção da rede de rádios
Novo protocolo de roteamento no backbone e Data Center
Aquisição de novos switches de borda, permitindo a ativação de novos pontos de fibra ótica
Manutenção dos contratos de links de internet, assegurando acesso à internet aos usuários da Rede GDFNet

Principais Resultados Datacenter (Jan – Dez/2016)

O Centro de Dados – CeTIC é o ambiente corporativo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, onde estão armazenados todos os dados sistemas corporativos de governo. No período janeiro/dezembro, o CeTIC teve um percentual de disponibilidade de 99,90% do tempo, estando fora do ar apenas durante o total de 8 horas.

Outros Resultados obtidos no período:

Nome do Projeto
Manutenção dos serviços prestados pelo CeTIC
Aquisição de Storages (equipamentos de armazenamento de dados), que propiciarão o aumento de unidades que utilizam o SEI! no GDF
Reforma/Expansão da infraestrutura do CeTIC – em andamento
Envio de intenção de Participação em Registro de Preços Federais, buscando menores custos para a sustentação dos serviços prestados pelo CeTIC
Configuração de armazenamento de dados - AGEFIS
Configuração de armazenamento de dados - ARPFD
Configuração de armazenamento de dados - CEB
Criação de VMs para CGU para acesso ao SIGRH
Criação de VMs para hospedagem de aplicações da Defensoria Pública
Criação de VMs para hospedagem do Passe Livre Estudantil - DFTRANS
Configuração de armazenamento de dados - ESPORTE
Criação de VMs para hospedagem do novo Portal do Governo, devido a mudança de tecnologia e gestão do referido Portal
Configuração de armazenamento de dados – SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Pergamum - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do PowerCenter- SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do CitSmart – SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Portal de Relatórios - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do MicroStrategy - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Concurso Temporário de Médicos - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Banco de Talentos - SEAGRI
Configuração de armazenamento de dados – SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do Mapa Service - SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do GeoNetwork - SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do ArcMap - SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do Servidor de Imagens - SEGETH
Configuração de armazenamento de dados – SLU
Criação de VMs para hospedagem do Rastreador de - SLU
Criação de VMs para hospedagem do Rastreador de CitSmart - SLU
Configuração de armazenamento de dados – Controladoria
Criação de VMs para hospedagem do Novo Portal da Ouvidoria do GDF - Controladoria
Criação de VMs para hospedagem de novas versões para o SEI - GDF
Publicação de Serviços na Intranet e Internet para todo GDF (Serviço de DNS) - Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e novas publicações.
Serviço de Backup - Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e inserção de novas rotinas de backup, seja de servidor de arquivos, de datastores, objetos de AD, serviço de Exchange e demais serviços.
Serviço de Restauração de backup - Tal ação envolve esforços diários com restaurações de arquivos deletados/alterados, de servidores virtuais, objetos de AD, correios eletrônicos e demais serviços.
Gestão de Domínios - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, aplicação de políticas de grupos, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.
Gestão de Serviço de Mensageria - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio de e-mail, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, criação de grupos de distribuição, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.

Principais Resultados Governança e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC (Jan – Dez/2016)

Nome do Projeto	Status do Projeto
Capacitação de servidores na elaboração do PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Finalizado
EGTI – Estratégia Geral de TI	Publicado
Relatório de Gastos de TIC, compreendendo os anos de 2014-16 até maio.	Finalizado
Grupo de Trabalho para identificar formas de gerar relatório gerenciais dos gastos de TIC por meio das Rubricas Orçamentárias	Aguardando aprovação do CGTIC

Nome do Projeto	Status do Projeto
Grupo de Trabalho para elaboração de cartilha para minimizar os Riscos na Recepção de Software	Aguardando aprovação do CGTIC

Principais Resultados de Sistemas (Jan – Dez/2016)

Outros importantes sistemas que entraram em produção neste ano, além do SEI! citado anteriormente, foram: o Sistema de Agendamento de Perícia Médica - SIAPMED, que organizou os serviços de periciamento médico da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAUDE, reduzindo os prazos de marcação e espera dos agendamentos dos serviços médicos, facilitando a vida do servidor público; e o Portal do Voluntariado, o maior portal de serviços voluntários do mundo, que já atende a mais 600.000 beneficiados. O site é interativo e funciona como uma rede social que conecta perfis com oportunidades de serviços voluntários.

Outros Resultados obtidos no período:

Nome do Projeto
Manutenção dos sistemas corporativos e legados
Implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI! na SEPLAG
Apoio técnico a implantação do SEI! em outras unidades do GDF
Implementação do Sistema de Relatórios de Atividades Gerenciais - SISTRAG
Implementação do Módulo SUPERS – para cadastramento de perícias e juntas médicas
Implementação do SICOP – sistema de tramitação de processos na web
Implementação do Sistema de Chamados da SEMOB
Implementação do Sistema de Chamados da Administração Predial
Implementação do Sistema de Chamados dos Contratos Corporativos
Questionários em LimeSurvey para o Comitê Gestor de TIC
Questionários em LimeSurvey para a SEPLAG
Manutenção Evolutiva SFCC - Sistema de controle dos contratos corporativos de vigilância e limpeza do GDF
Manutenção Evolutiva SISCONEP – Sistema de Controle de Emendas Parlamentares
Manutenção Evolutiva SISDC - Sistema de Controle de Datacenter
Desenvolvimento de Relatórios Gerenciais BI – SUBSAUDE
Desenvolvimento de Relatórios Gerenciais BI – SISCON
Desenvolvimento de Relatórios Gerenciais BI – SFCC

1.2. Realização de Estudos e Pesquisas

Relacionado à ação “Realização de Estudos e Pesquisas”, em abril de 2016 conduziu-se a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados visando precificação da folha de pagamentos dos servidores, aposentados e pensionistas da administração direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, bem como dos empregados das demais entidades dependentes do Tesouro Distrital, onde objetiva a demonstração da estimativa de valor do ativo distrital referente à folha de pagamentos, visando dar apoio técnico às decisões da alta gestão, bem como subsidiar a negociação de remuneração pelo Banco de Brasília S/A – BRB ao Governo do Distrito Federal relativas ao direito de exploração da folha de pagamentos como ativo econômico.

1.3. Execução da PPP do Centro Administrativo do DF

Quanto às ações relacionadas à Execução da PPP do Centro Administrativo do DF, destaca-se a gestão do contrato firmado em 08 de abril de 2009, por meio da então Secretaria de Estado de Obras¹, e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal (CENTRAD) que celebraram a parceria público-privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF).

O Contrato prevê vigência por 22 (vinte e dois) anos, contados do início das obras, dos quais 21 (vinte e um) seriam dedicados à manutenção e operação do empreendimento. A sua ocupação está prevista para ocorrer em duas fases, iniciando-se a segunda em 12 (doze) meses após o início da sua operação e manutenção.

Com a finalidade de deliberar sobre as questões atinentes ao Contrato em questão, em 02 de fevereiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.097, o qual deu nova estrutura do Conselho Deliberativo do CADF. O Decreto transferiu a gestão da parceria a esta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Todavia, em 18 de outubro de 2016, o Decreto foi revogado pelo de nº 37.713, o qual, em que pese dissolvendo referido Conselho, manteve a gestão do Contrato nesta Pasta.

Com a revogação, a competência para o tratamento da parceria retornou ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP), o qual, por meio da Resolução nº 81, de 28 de setembro de 2016, criou, em sua estrutura, o Comitê Deliberativo do CADF (CD-CADF), com competência para deliberar sobre as questões afetas ao Contrato do CADF. Também a coordenação deste Conselho é atribuída a SEPLAG. Assim, atribuiu-se a Unidade de Parceria Público-Privada (UPPP) subsidiar a SEPLAG na gestão do Contrato ora em comento.

Em 2016, ainda, a SEPLAG firmou com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em 11 de agosto de 2016, Acordo de Cooperação Técnica Internacional

¹ O Decreto nº 36.236, de 2015, renomeou a Secretaria de Estado de Obras para Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos.

(Projeto UNOPS 16/01). O acordo visa à avaliação do Contrato, permeando a avaliação do seu equilíbrio econômico-financeiro, a ocupação racional do CADF e a capacitação de servidores tanto para lidar com reequilíbrios em PPPs, quanto para gerir o empreendimento.

No desiderato de subsidiar a gestão do Contrato em comento, bem como do Projeto UNOPS 16/01, diversos temas foram acompanhados por esta UPPP, dos quais se destacam os seguintes:

Tema	Situação atual	Próximos passos	Órgãos envolvidos/Responsáveis
Mobiliário e Informática	Por meio da Portaria Seplag nº 531/2016, foi instituído grupo de trabalho para tratar das soluções de mobiliário, informática e meio de mudança para o CADF.	Definição objetiva das necessidades de mobiliário/TIC para ocupação do CADF	SEPLAG (UPPP e SCG) e CD-CADF
Gestão documental	Por meio da Portaria Conjunta SEPLAG/Casa Civil nº 8 de 23 de setembro de 2016, foi instituído grupo de trabalho para tratar das soluções de gestão documental passíveis de serem implementadas no CADF (inclusive arquivos funcionais).	Apresentar relatório conclusivo	SEPLAG (UPPP e SUAG), Arquivo Público e CD-CADF
Almoxarifado	Consulta à SCG sobre a possibilidade de se implementar almoxarifado virtual no CADF	Definição de modelo de almoxarifado no CADF	SEPLAG (UPPP e SCG) e CD-CADF
Plano de Ocupação	Levantamento do número de servidores dos órgãos que migrarão para o CADF. Elaboração de plano de ocupação.	Compilação de informações solicitadas às unidades que irão para o CADF	SEPLAG e CD-CADF
Mobilidade Urbana	Em atendimento a pedido da Seplag, a Secretaria de Mobilidade (SEMOB) confeccionou estudo sobre mobilidade urbana (incluindo incremento da malha cicloviária). O estudo da SEMOB em resposta ao Processo nº 410.002.246/2016 está em análise pela SINESP, SEGETH.	Aguarda-se posicionamento da SINESP e da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) sobre o estudo da SEMOB. Elaboração de plano de investimento em mobilidade urbana atendendo ao estudo.	NOVACAP, SINESP, SEGETH, SEPLAG, SEMOB, CD-CADF
Medidas Mitigadoras do RIT	RIT para Fase I aprovado pelo DETRAN/DF. Seplag questionou a Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) sobre o atendimento do Decreto nº 19.915/98.	Manifestação da PGDF e definição de responsabilização das medidas mitigadoras da Fase II	DETRAN, PGDF e CD-CADF
Energia Elétrica – Infraestrutura	Seplag questionou a Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) sobre o atendimento das exigências feitas pela CEB quando do aval ao Habite-se do CADF.	Manifestação da PGDF	CEB, PGDF e CD-CADF
Energia Elétrica – Pagamento de faturas	Notificação à CENTRAD para pagamento das faturas futuras de consumo de energia elétrica do CADF, ressarcimento ao erário pelo pago pelo poder público deste o início de 2015 e, também à CEB para alteração do polo do contrato da CEB, em atendimento ao Parecer nº 625/2016-PRCON/PGDF. Notificação à Subsecretaria de Administração Geral (SUAG) para apurar responsabilidades pelo pagamento indevido das faturas.	Atendimento pela CENTRAD das recomendações constantes do Parecer nº 625/2016-PRCON/PGDF. Apuração de responsabilidades	CEB e CENTRAD
Avaliação do Empreendimento	Solicitação de avaliação do CADF pela TERRACAP e pela Caixa Econômica do Distrito Federal (CEF)	Apresentação das avaliações	TERRACAP e CEF
Garantia	Garantias contestadas administrativa e judicialmente pela TERRACAP.	Definição de garantias, baseando-se em estudos do UNOPS	SEPLAG, TERRACAP e CD-CADF
Arbitragem	Revisão da minuta de aditivo contratual para alteração da câmara de arbitragem prevista no Contrato do CADF, conforme pedido pela TERRACAP.	Revisão do aditivo	SEPLAG e TERRACAP
Obras Cíveis	Levantamento, por parte do UNOPS e da SEPLAG, de alterações na execução da obra, das necessidades de ajustes e dos erros do projeto do CADF	Conclusão do relatório relativo ao diagnóstico da situação das obras cíveis feitas e a serem feitas no empreendimento	SEPLAG, SINESP e CD-CADF
Avaliação Geral do Contrato	Acordo de Cooperação técnica firmado com o UNOPS com entrega do Produto 1.1.	Subsidiar a análise, trabalhar em conjunto com o UNOPS, aferir os produtos do Projeto UNOPS 16/01 e aprova-los.	SEPLAG (UPPP) e CD-CADF
Teletrabalho	Após proposição de Projeto de Lei pela UPPP para a implementação de teletrabalho no âmbito do Executivo do Distrito Federal, o processo está em análise na AJL	Aguardar manifestação da AJL	SEPLAG e CD-CADF

Estão relacionados a seguir os principais resultados da atuação das unidades da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal, no decorrer do exercício de 2016.

1.4. Orçamento Público

Por meio da Subsecretaria de Orçamento Público – SUOP foram desenvolvidos trabalhos visando à orientação e elaboração do orçamento no âmbito da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SEPLAG, através das seguintes ações:

- Orientações preliminares para captação de dados e informações com vistas à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 e demais normas concernentes à matéria orçamentária;
- Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO2017;

- Realização de audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal para apresentação e discussão da LDO2017;
- Atualização do Manual Técnico de Orçamento e sua disponibilidade por meio do endereço eletrônico da SEPLAG para ser utilizado pelas Unidades quando da elaboração e lançamento de suas Propostas para o exercício de 2017;
- Estudos de receita e despesa do Distrito Federal, com vistas à definição de tetos e limites para composição do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e posterior elaboração do texto do projeto de lei e encaminhamento à Câmara Legislativa;
- Realização de audiências públicas na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças, apresentando os números da Lei Orçamentária para o exercício 2017, a representantes de comunidades ligadas às Regiões Administrativas;
- Realização de duas audiências públicas na Câmara Legislativa do DF para apresentação das Metas Fiscais ao 1º e 2º quadrimestre em atendimento ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;
- Disponibilização nos sítios eletrônicos do GDF, da Lei Orçamentária Anual e aos Quadros de Detalhamento das Despesas dos orçamentos fiscal, da Seguridade e investimento relativos ao exercício de 2016;
- Elaboração de documentos, pareceres e procedimentos diversos em respostas a questionamentos formulados pelo Ministério Público do Distrito Federal, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, pela Câmara Legislativa Distrital, pelos setoriais, pela Ouvidoria SEPLAG, pela Governança e pela sociedade do Distrito Federal sobre matéria orçamentária;
- Acompanhamento e controle dos recursos aplicados na Educação do Distrito Federal, objetivando o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no processo de elaboração do orçamento para o exercício de 2017, quanto na execução orçamentária para o exercício de 2016;
- Acompanhamento e controle dos recursos aplicados na área de Saúde do Distrito Federal, objetivando o cumprimento dos limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29/2000, no processo de elaboração do orçamento para o exercício de 2017, quanto na execução orçamentária para o exercício de 2016;
- Ajuste, quando necessário, nos Anexos de Metas Fiscais e textos constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Projeto de Lei do Orçamento, na forma da legislação concernente;
- Estudo e análise sobre propostas de classificações orçamentárias;
- Orientação e apresentação de pronunciamento sobre a matéria orçamentária do Distrito Federal;
- Análise de solicitações de créditos orçamentários e alterações ao orçamento de 2016;
- Orientação às unidades quanto às alterações do orçamento e sua execução;
- Elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos de Créditos Adicionais (especiais e suplementares) e Portarias de alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa para aprovação e publicação;
- Encaminhamento à Câmara Legislativa do Distrito Federal de projetos de lei de crédito adicional;
- Elaboração das projeções de pessoal, concessão de benefícios e manutenção necessários ao acompanhamento e controle da execução orçamentária para o exercício de 2016;
- Controle de abertura de crédito suplementares até o limite de 25% do total de recursos aprovados para as unidades orçamentárias na Lei Orçamentária;
- Verificação da conciliação de fontes de recursos quando das suplementações e cancelamentos efetivados no SIGGO;
- Ajustes, por meio de Projetos de Lei e de Decretos, das impropriedades ocorridas na Lei Orçamentária Anual;
- Aperfeiçoamento e implementação do sistema de execução orçamentária – elaboração dos créditos adicionais constante do sistema SIGGO.

As maiores dificuldades encontradas para a realização das ações acima citadas, envolveram a necessidade informatização do processo, haja vista o número elevado agentes atuantes na elaboração e a dependência de planilhas e documentos não integrados digitalmente.

1.5. Planejamento, Acompanhamento e Avaliação das Ações do Governo

➤ Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019

O Plano Plurianual PPA, instrumento de planejamento governamental obrigatório (art. 165 da Constituição Federal; e art. 149, inciso I e §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal) define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Elaborado no primeiro ano de cada mandato do governador, o PPA orienta a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Por essa razão, deve ser compatível com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e inclui obrigatoriamente os investimentos e despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período de sua vigência.

A Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015, dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019.

A Lei nº 5.787, de 22 de dezembro de 2016, dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta os Programas, Objetivos, Metas, Indicadores e Ações que compõem o PPA 2016-2019:

Fonte: Lei 5602/2015, alterada pelo decreto 37517, de 26/07/16/2016

PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES			
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALORES
VIVER BEM, DIREITO DE TODOS	44	377	160	412	15.572.027.439	200	-
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	68	38	84	6.298.032.158	30	-
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	21	7	31	466.743.056	5	-
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	47	15	45	782.682.154	68	-
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	94	38	76	1.824.499.252	47	-
6219 - CAPITAL CULTURAL	5	36	11	45	637.947.750	12	-
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	51	27	61	3.907.366.300	25	-
6228 - FAMÍLIAS FORTES	7	60	24	70	1.654.557.769	13	-
ECONOMIA MAIS COMPETITIVA	7	57	27	92	3.124.240.656	83	-
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	7	57	27	92	3.124.240.656	83	-
TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO	14	145	44	234	17.788.743.191	100	-
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	3	37	9	46	1.281.840.020	34	-
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	6	66	21	111	8.989.823.318	52	-
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	42	14	77	7.517.079.853	14	-
TODOS POR BRASÍLIA E GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS	8	65	40	43	2.416.059.852	41	-
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7	62	32	40	2.409.383.266	33	-
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	8	3	6.676.586	8	-
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	73	644	271	781	38.901.071.138	424	-

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES			
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALORES
6001 - DESENVOLVIMENTO	-	-	-	24	8.925.313.635	-	-
6002 - SOCIAL	-	-	-	22	68.724.438.439	-	-
6003 - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	32	12.683.312.072	-	-
TOTAL GERAL	-	-	-	78	90.333.064.146	-	-

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES			
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALORES
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-	-
TOTAL GERAL	-	-	-	2	561.515.118	-	-

PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALORES
TOTAL GERAL	73	644	271	861	129.795.650.402	424	-

* O PPA 2016-2019 totaliza 674 ações orçamentárias (679 - 5 EP vetadas) que se repetem nos programas, totalizando 861.

Destaca-se, dentre os Programas que compõe a referida lei, o Programa Temático 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS, que diz respeito diretamente às atividades da área de planejamento da SEPLAG:

➤ **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017**

Participação na elaboração da Lei nº 5.695, de 03 de agosto de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências e formulação dos seguintes anexos:

- Anexo de Metas e Prioridades;
- Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
- Elaboração do Anexo dos Projetos em Andamento.

➤ **Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017**

Participação na elaboração da Lei Orçamentária de 2017² e formulação dos seguintes anexos:

- a. Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
- b. Elaboração do Anexo dos Projetos em Andamento.

➤ **Acompanhamento das Ações de Governo**

Determina o Art. 153 da LODF que o Poder Executivo Publicará, até o Trigesimo Dia após o Encerramento de Cada Bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária³.

² Lei nº 5.796, de 29 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2017.

³ Do relatório resumido da execução orçamentária a que se refere o art. 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal devem constar as seguintes informações: I – as receitas, despesas e a evolução da dívida pública da administração direta e indireta em seus valores mensais; II – os valores realizados desde o início do exercício até o último bimestre objeto da análise financeira; III – relatório de desempenho físico-financeiro.

Em razão disso, a SUPLAN Realizou, por Meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, o Acompanhamento das Ações de Governo Relativas ao 6º Bimestre de 2015 e do 1º ao 5º Bimestres de 2016, a Análise de Informações e a Publicação dos Respectivos Relatórios de Desempenho Físico-Financeiro no Sítio da SEPLAG na Internet.

INDICADOR DO SAG DO 1º E 2º BIMESTRE

Estágio	SAG 1º Bimestre		SAG 2º Bimestre	
	Etapas	Percentual	Etapas	Percentual
AN	1	0,081%	2	0,143%
AT	6	0,487%	10	0,714%
CO	15	1,217%	43	3,071%
EE	0	0,000%	1	0,071%
NI	25	2,028%	21	1,500%
NO	1.051	85,239%	1.213	86,645%
PA	76	6,164%	75	5,357%
SI	50	4,033%	35	2,500%
Total Geral	1.233	100%	1400	100%

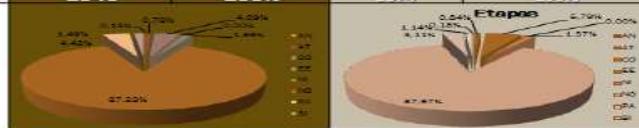


SI – A ser iniciada
NO – Andamento Normal
NI – Não Iniciada
CO - Concluída
AT - Atrasada
PA – Paralisada
AN – Anulada
EE – Empenhado a Executar

QDD	1º Bimestre	2º Bimestre	Indicador SAG	1º Bimestre	2º Bimestre
Nº de PTs	2.705	2.615	Nº de PTs	2.705	2.615
PTs Empenhados	817	978	PTs em Execução no SAG	905	1.051
Percentual	29,23%	33,88%	Percentual	37,49%	36,42%

INDICADOR DO SAG DO 3º E 4º BIMESTRE

Estágio	SAG 3º Bimestre		SAG 4º Bimestre	
	Etapas	Percentual	Etapas	Percentual
AN	2	0,130%	1	0,179%
AT	12	0,779%	14	0,856%
CO	53	4,091%	97	5,795%
EE	0	0,000%	0	0,000%
NI	24	1,858%	23	1,374%
NO	1.348	87,632%	1.456	87,975%
PA	85	6,410%	57	3,105%
SI	23	1,494%	19	1,139%
Total Geral	1.640	100%	1.674	100%

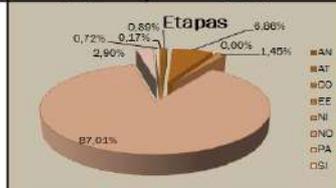


SI – A ser iniciada
NO – Andamento Normal
NI – Não Iniciada
CO - Concluída
AT - Atrasada
PA – Paralisada
AN – Anulada
EE – Empenhado a Executar

QDD	3º Bimestre	4º Bimestre	Indicador SAG	3º Bimestre	4º Bimestre
Nº de PTs	2.627	3.350	Nº de PTs	2.627	3.350
PTs Empenhados	1.144	1.288	PTs em Execução no SAG	1.324	1.527
Percentual	39,08%	40,06%	Percentual	41,72%	42,02%

INDICADOR DO SAG DO 5º BIMESTRE

Estágio	SAG 5º Bimestre	
	Etapas	Percentual
AN	3	0,167%
AT	16	0,892%
CO	123	6,856%
EE	0	0,000%
NI	26	1,449%
NO	1.561	87,012%
PA	52	2,899%
SI	13	0,725%
Total Geral	1.794	100%



QDD	5º Bimestre
Nº de PTs	3.263
PTs Empenhados	1.374
Percentual	42,11%

Indicador SAG	5º Bimestre
Nº de PTs	3.263
PTs em Execução no SAG	1.420
Percentual	43,52%

SI – A ser iniciada
NO – Andamento Normal
NI – Não Iniciada
CO - Concluída
AT - Atrasada
PA – Paralisada
AN – Anulada
EE – Empenhado a Executar

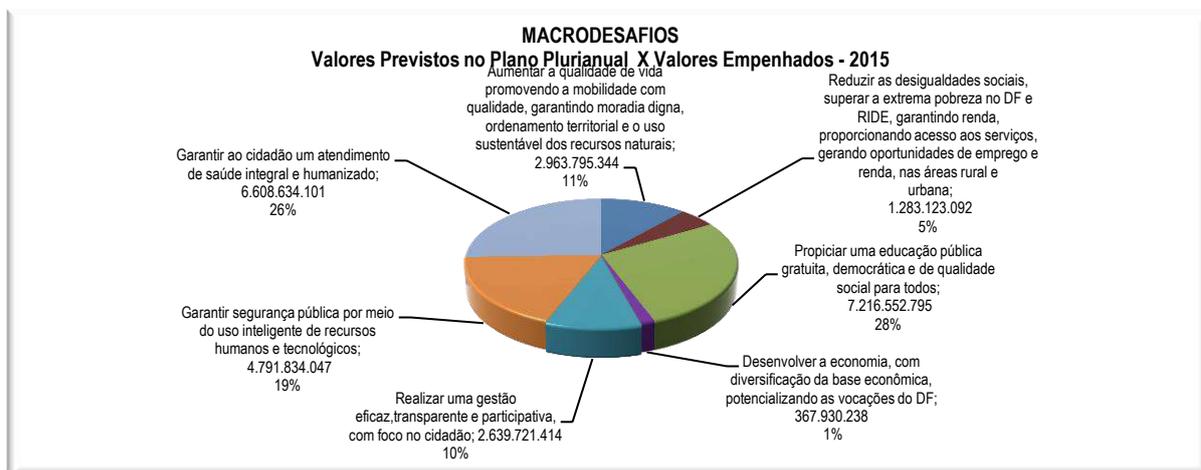
➤ Avaliação do Plano Plurianual – PPA

A Avaliação do Plano Plurianual – PPA referente ao exercício de 2015 foi enviada à CLDF em 30/08/2016. A avaliação referente ao exercício de 2016 será enviada à CLDF até 30/06/2017.

Da Avaliação Anual do Plano, na qual foram apresentados os resultados do exercício de 2015, participaram todas as Unidades Orçamentárias encaminhando à SUPLAN as informações relativas à sua respectiva área de atuação: índices alcançados ao término do exercício anterior; e expectativa de alcance do índice final previsto. A SUPLAN procede à análise e consolidação das informações em relatório único.

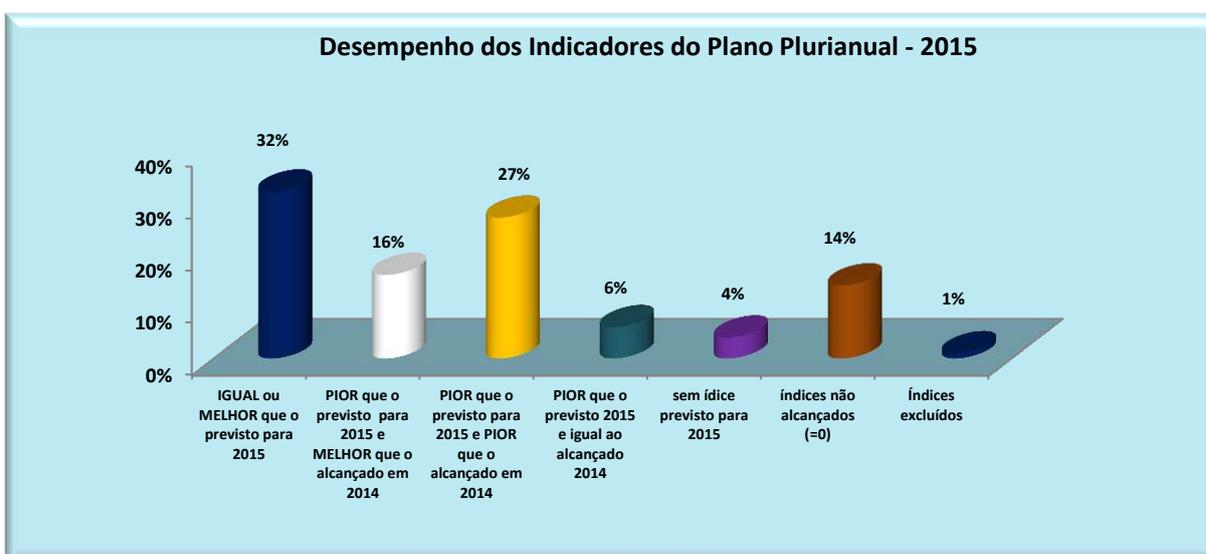
Esse documento apresenta também análise da conjuntura macroeconômica, em termos nacional e local, a fim de subsidiar a avaliação do comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre o bem-estar da população de modo geral.

O Gráfico a seguir compara os valores previstos no PPA para o exercício de 2015 com sua respectiva execução orçamentária e financeira:

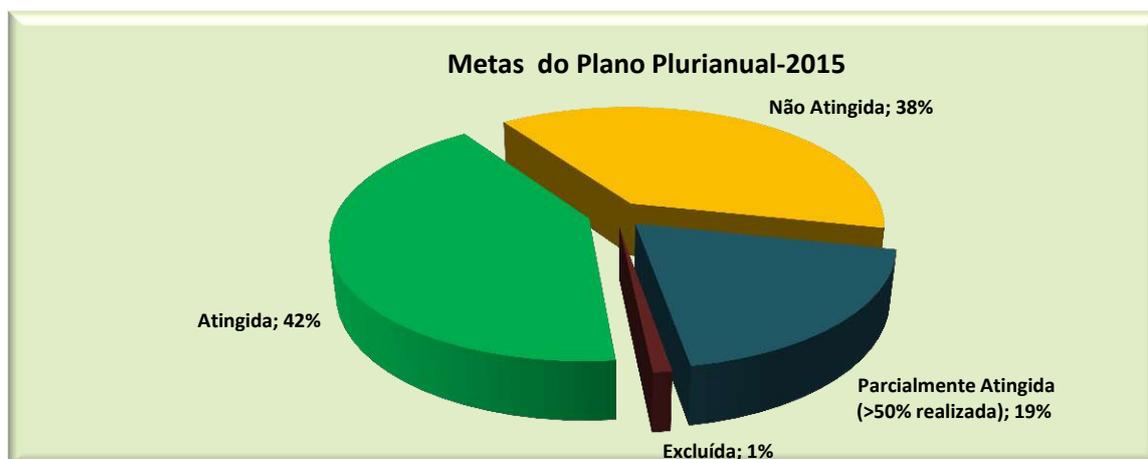


Conforme quadro demonstrativo a seguir, dos 477 indicadores apresentados no PPA para 2015, 32% tiveram desempenho melhor ou igual ao previsto, 15% apresentaram índices alcançados piores que os previstos para 2015 e melhores que os alcançados em 2014 e 28% apresentaram índices piores que os previstos para 2015 e, ainda, piores que os índices alcançados em 2014:

Quantidade			Índices dos Indicadores Quantidade/(%)							
Prog. Temáticos	Metas	Indicadores	IGUAL ou MELHOR que o previsto para 2015	PIOR que o previsto para 2015 e MELHOR que o alcançado em 2014	PIOR que o previsto para 2015 e PIOR que o alcançado em 2014	PIOR que o previsto 2015 e igual ao alcançado o 2014	Outros		Índices excluídos	Total Geral
							Sem índice previsto para 2015	Índices não alcançados (=0)		
32	538	477	155	76	131	27	18	67	03	477
			32%	16%	27%	6%	4%	14%	1%	100%



Alcance das Metas 2012-2015			
Atingida	Não Atingida	Parcialmente Atingida (>50% Realizada)	Excluída
232	208	102	4
42%	38%	19%	1%



➤ Prestação de Contas do Governador

Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Subsecretaria de Planejamento, consolidar o Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal e o Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo para compor a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades do Governo e o Demonstrativo de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo, previstos no art. 138 da Resolução 38/90 – TCDF, alterado pela Emenda Regimental 24, de 08/07/2008, substituídas pela Resolução 296, de 15 de setembro de 2016, são elaborados anualmente e compõem a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais e os resultados alcançados no exercício. Serve, também, de subsídio para avaliação da eficiência e eficácia da gestão.

O Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo tem por objetivo demonstrar a evolução anual de cada indicador em relação ao índice desejado para o exercício e é um instrumento que permite identificar e aferir aspectos relacionados aos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos previstos no Plano Plurianual.

▪ Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2015)

Encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em conformidade com o disposto no Inciso XVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal⁴.

Esses dois Relatórios foram enviados a Subsecretaria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, para, em conjunto com os demais relatórios, comporem a Prestação de Contas Anual do Governador, encaminhada à CLDF.

▪ Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2016)

Iniciado o processo de elaboração do Relatório de Atividades do Governo e Análise do Desempenho dos índices alcançados pelos Indicadores dos Programas do PPA para compor a Prestação de Contas Anual do Governador referente ao exercício de 2016, os quais serão enviados à CLDF até março de 2017.

➤ Diretrizes, Normas e Procedimentos

Orientações aos servidores que atuam nos órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal quanto à elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento, avaliação e prestação de contas anual do Governador buscando a homogeneização e a qualidade das informações. As orientações às Unidades Orçamentárias foram

⁴ Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal: [...] XVII – prestar anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

realizadas por meio da elaboração de instruções, realização de oficinas e/ou reuniões técnicas, além de atendimentos individualizados. A quantidade aproximada de servidores participantes nas últimas reuniões técnica, realizadas no auditório da Escola de Governo, nos dias 24 e 25/11/2016, foi de 145 pessoas em cada dia.

➤ Planejamento Estratégico

A SUPLAN contribui para o Planejamento Estratégico da SEPLAG com vistas a dotar o governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados e a consolidar a gestão dos instrumentos de planejamento, execução e monitoramento. Assim, propôs o seguinte Plano de Ação:

O quê? (Ação ou Projeto)	Por quê? (Justificativa)	Como? (Descrição da Ação/Projeto em etapas ou entregas)
Aprimorar o módulo de elaboração do PPA, adicionar funcionalidade de Avaliação do PPA no SIGGO e/ ou adquirir novas ferramentas	Necessidade de aprimorar e sistematizar o processo de elaboração e avaliação do PPA	Análise e definição quanto a ferramenta a adotar (melhorar SIGGO, adotar SIOP ou outro Sistema).
		Levantamento das necessidades para aprimoramento do SIGGO, nos módulos utilizados pela SUPLAN, redefinido as funcionalidades existentes e incluindo novas.
		Estudo do modelo a ser desenvolvido para elaboração e avaliação do PPA, no SIGGO ou na ferramenta escolhida.
		Estudo/ contratação de consultoria para definição de metodologia e técnicas de avaliação de resultados das políticas públicas
		Implementação das melhorias/ funcionalidades no SIGGO ou ferramenta escolhida
Aprimorar o módulo de acompanhamento das ações governamentais - SAG/ SIGGO	Necessidade de aprimorar e criar novas funcionalidades no sistema SAG	Levantamento das necessidades para aprimoramento do SAG, identificação dos erros nos relatórios existentes e da criação de novos, com funcionalidades que melhorem a gestão das Unidades
		Elaboração de análise da execução das Unidades e publicidade de forma mais sintética das principais realizações do Governo
		Desenvolvimento de metodologia que permita mensurar o desempenho da Unidade
		Implementação das demandas no sistema
Sistematizar o processo de Prestação de Contas	Necessidade de automatizar o processo de elaboração de relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do Governador	Estudo e definição quanto a ferramenta a adotar, bem como do modelo
		Informatizar a Prestação de Contas Anual do Governador (Relatório de Atividades)

Dados: SUPLAN/SEPLAG

▪ Ações em Andamento:

PROFISCO-DF – A Portaria Conjunta SEF/SEPLAG Nº 06, de 15 de setembro de 2016, estabelece o procedimento de cooperação técnica destinado a permitir a inclusão de ações de interesse da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como define as rotinas para a sua respectiva operacionalização, entre os componentes elegíveis constantes do Programa de Desenvolvimento Fazendário no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PRODEFAP/PROFISCO-DF), programa financiado com recursos de Contrato de Subempréstimo celebrado em 29 de fevereiro de 2016, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no contexto do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR. Processo Administrativo nº 040-002343/2016.

▪ Ações Previstas:

III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLE INTERNO DA GESTÃO FISCAL
6. Melhoria da Eficiência e da Eficácia da Administração Financeira
6.4. Melhoria da Gestão de Planejamento e Orçamento
6.4.1. Aprimorar o módulo de elaboração do PPA, adicionar funcionalidade de avaliação do PPA no SIGGO e/ ou adquirir novas ferramentas
6.4.2 Aprimorar o módulo de acompanhamento das ações governamentais - SAG/ SIGGO
6.4.3 Sistematizar o processo de Prestação de Contas
6.4.4 Aprimorar os módulos de elaboração da lei orçamentária e da execução e informatizar a LDO
6.4.5 Aprimorar projeções e análise de cenários
6.4.6 Capacitar os servidores na área de planejamento e orçamento

➤ **Articulação Institucional**

Participação nos seguintes Conselhos e Grupo de Trabalho:

- Conselho de Desenvolvimento do Turismo – CONDETUR;
- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA;
- Comissão Distrital do ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico;
- Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do DF;
- Grupo de Trabalho para proceder a levantamento dos processos administrativos referentes a incidência de

Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT;⁵

- Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Comissão Setorial do Leite coordenado pela Secretaria.

➤ **Aperfeiçoamento Técnico e Operacional da Equipe de Planejamento Da SEPLAG**

- Planejamento no Brasil Contemporâneo EGOV/ENAP, no período de 07 a 11/11/2016;
- Avaliação de Programas e Políticas Públicas EGOV/ENAP no período de 28/11 a 02/12/2016.

1.6. Gestão Estratégica

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem atuação e competência nas áreas de “Gestão Estratégica Governamental-Gestão por Resultados e Gestão e monitoramento de programas e projetos Estratégicos de Governo”.

Durante o ano de 2016, foram confeccionados, em conjunto com os órgãos e instituições vinculadas, os Acordos de Resultados para o ano de 2016, instrumento de contratualização de metas de realizações para o ano. O trabalho da subsecretaria foi de articulação para pactuação das metas relativas aos projetos estratégicos do Governo.

No total, foram celebrados 19 Acordos, assinados em 29 de fevereiro de 2016 por todas as secretarias e órgãos vinculados, totalizando 522 metas.

No início do segundo semestre de 2016 foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 574 entregas - acompanhadas mensalmente pela equipe da Subsecretaria de Gestão de Programas, Processos e Projetos Estratégicos - SUPPE e que compuseram reuniões de avaliação dos acordos de resultados coordenadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador e da Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão.

No período de repactuação, o Procon foi desvinculado da Secretaria de Justiça e pactuou o próprio Acordo de Resultados – totalizando 20 (vinte) Acordos.

Foram preparadas e realizadas 44 (quarenta e quatro) reuniões de monitoramento dos Acordos de Resultados, todas presididas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

Destaca-se que para as Reuniões de Avaliação dos Acordos de Resultados – RARs, a SUPPE realiza pelo menos uma reunião prévia no órgão monitorado, com a presença dos dirigentes e principais colaboradores dos projetos.

Foram realizadas mais de 400 (quatrocentas) agendas com representantes dos órgãos do DF e instituições diversas para:

- Articulação para realização de projetos;
- Orientação sobre as ferramentas de gestão;
- Levantamento de informações;
- Preparação para as reuniões de avaliação dos Acordos de Resultados;
- Reuniões para tratar de obras sob responsabilidade da NOVACAP e de interesse de diversos órgãos do

DF;

- Levantamento e demanda de ajustes e melhorias no Sistema Gestão DF.

Do total de acordos monitorados durante o ano de 2016, que previram 574 metas para projetos, os resultados foram os seguintes:

- 292 (duzentos e noventa e dois) concluídos até 31 de dezembro de 2016.
- 281 (duzentos e oitenta e uma) entregas a concluir em 2017.

Em 2016, a Secretaria por meio da Subsecretaria de Gestão de Programas, Processo e Projetos Estratégicos - SUPPE também realizou o acompanhamento de obras e ações prioritárias de Governo, além das previstas nos acordos de resultados.

A Subsecretaria realizou o Seminário em conjunto com a SUBSAÚDE "A Política sobre Drogas no Contexto Laboral – A Saúde Mental do Servidor do Governo de Brasília", com participação de representantes de diversos órgãos, tendo o objetivo de construir proposta de política para a prevenção ao uso de drogas pelo servidor público e de mecanismos de tratamento. Além do seminário, foram coordenadas diversas reuniões bilaterais para levantamento das ações que vão compor o plano Super-Ação, a ser lançado no início do próximo ano e que prevê ações de prevenção e tratamento a usuários de crack e outras drogas.

⁵Decreto nº 36.723, de 31/08/2015.

Também foram articuladas diversas reuniões para a execução do projeto da Segurança Pública, que prevê a implantação de sistema de vídeo-monitoramento em toda a cidade.

A equipe coordenou a construção do plano de comunicação relativa à divulgação das normas a respeito dos grandes geradores de resíduos sólidos.

Foram realizadas, ainda, diversas reuniões com a Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH para transpor dificuldades relativas a licenciamento edilício em obras prioritárias.

Foram realizadas agendas com equipes do GDF e Caixa Econômica para avaliação dos contratos de repasse e pactuação de ações necessárias à celeridade dos projetos.

Dentre as obras/ações prioritárias acompanhadas, destacam-se: a carteira do PAC, como obras de saneamento, educação, infraestrutura e moradia; construção de unidades de internação, reforma e ampliação de penitenciárias.

Com base nos projetos estratégicos e priorização indicada pelas áreas de Governo, foram confeccionados os cadernos de emendas para o Congresso Nacional e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Por fim, tendo em vista a concentração de informações relevantes sobre os projetos estratégicos do Governo, a Subsecretaria trabalhou no levantamento de informações para compor balanços de Governo.

1.7. Relacionamento com o Terceiro Setor

No período de 2016, esta Secretaria por meio da Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor - URTS analisou 61 (sessenta e um) processos de entidades sem fins lucrativos para qualificação como Organização Social, principalmente em decorrência da demanda do Governo do Distrito Federal para a utilização dessa forma de gestão na área de Saúde.

Com o apoio do Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP foi realizado o Seminário Acadêmico “As Organizações Sociais e a Gestão de Serviços Públicos” realizado no dia 10 de outubro de 2016. O seminário, aberto pelo Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg, contou com a participação do Ministro Gilmar Mendes e do Ministro Carlos Ayres Brito, que salientaram a importância de melhorar a eficiência do serviço público. Estiverem presentes, também, integrantes de órgãos de controle como o Conselheiro Presidente do TCDFT, Renato Rainha e o Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Weder de Oliveira. Deputados Distritais e membros do Governo do Distrito Federal também marcaram presença no evento, bem como representantes de Organizações Sociais que atualmente possuem contratos de gestão assinados com estados da federação apresentando modelos de sucesso.

Outra linha de ação da URTS refere-se ao Projeto de Lei nº 1186/2016 que tramita na Câmara Legislativa do Distrito Federal com vistas à substituição da atual lei de Organizações Sociais. A propositura objetiva aprimorar o sistema de outorga da qualificação de entidades sem fins lucrativos, tornando o processo mais célere e eficiente, aproximando o modelo distrital daquele previsto na Lei Federal nº 9637/1998.

1.8. Capacitação de Servidores

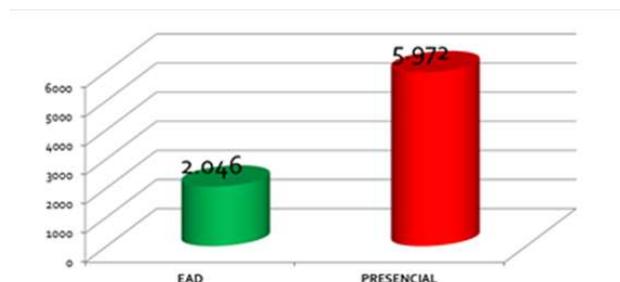
A Escola de Governo Distrito Federal (EGOV) tem como finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação, formação e desenvolvimento dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF), em conformidade com a Política de Formação, Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores Públicos do GDF.

Por meio da Ordem de Serviço no 1, de 6 de janeiro de 2016 (publicada no DODF no 4, de 7 de janeiro de 2016), foi aprovada, pelo Diretor-Executivo da EGOV, a Programação de Eventos de Formação e Capacitação da Escola de Governo do Distrito Federal para o biênio 2016-2017, pautada nos eixos gestão de pessoas, gestão de processos e gestão de logística e de suprimentos e orientada ao aperfeiçoamento de conhecimentos, de habilidades e de atitudes dos servidores do GDF, para o enfrentamento dos principais problemas da gestão, visando ao alcance de resultados qualitativos.

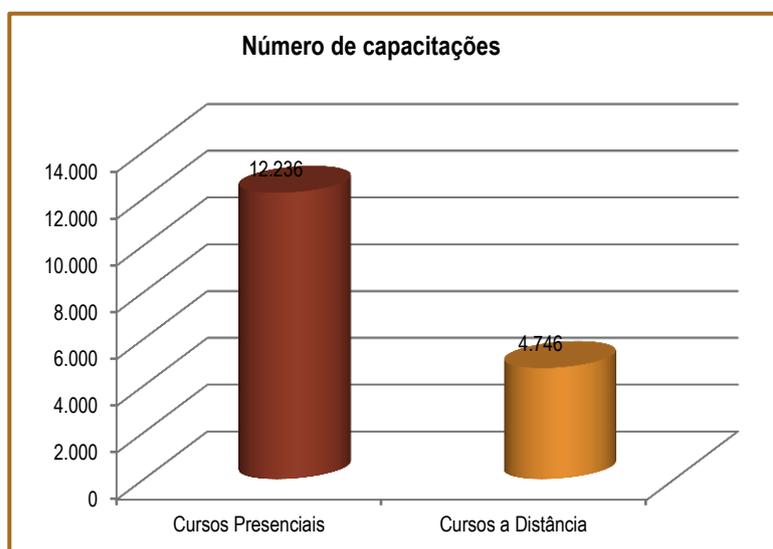
Quanto à capacitação de servidores, a Escola de Governo do Governo do Distrito Federal (EGOV) buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo, conforme dados e gráfico mostrando o total de servidores certificados no exercício de 2016:

Modalidades de curso	De novembro/2015 a novembro/2016
Cursos presenciais	12.236
Cursos à distância	4.746
Total de capacitações	16.982

Número de capacitações realizadas em 2015



Número de capacitações realizadas em 2016



1.9. Atendimento ao Servidor - Ouvidoria

A Ouvidoria da SEPLAG tem realizado um importante trabalho no intuito de levar ao conhecimento das áreas técnicas e dos demais órgãos que compõem o complexo administrativo do Governo de Brasília, as solicitações de adoção de providências para a melhoria do serviço prestado de modo específico e geral, com a finalidade de possibilitar à gestão superior a solução pontual dos problemas apresentados via manifestações dos usuários de ouvidoria.

Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito), superando em 64% (sessenta e quatro por cento) os resultados esperados.

Comparativo das Demandas SEPLAG 2015/2016		
Sistemas de Acesso à Informação-e-SIC/TAG/OUV-DF		
Tipologias	Demandas 2015	Demandas 2016
Denúncia	30	116
Elogio	4	24
Informação	290	635
Reclamação	66	238
Solicitação	0	64
Sugestão	5	11
Total	395	1.088

Cabe ressaltar que como resultado do trabalho realizado pela Ouvidoria no Biênio 2015-2016, o reconhecimento veio por meio de Auditoria Operacional nos autos do Processo nº 5137/2016 – TCDF, objeto do Despacho Singular nº 267/2016-GCMA, o qual espelha o Mapa de Transparência Passiva da Administração Direta do Distrito Federal, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão ficou classificada em 1º Lugar, com um percentual de 9,53 em uma escala que vai de 0 a 10.

1.10. Novo Sistema de Recursos Humanos

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP vem atuando no desenvolvimento do novo sistema corporativo de gestão de pessoas em substituição ao atual sistema SIGRH. O novo sistema proporcionará a atualização das tecnologias utilizadas, implicando na integridade dos dados e segurança da informação.

Entende-se ainda que essa ação promova melhoria da *performance* do sistema, atualização dos dados cadastrais de servidores, facilidade de utilização, portabilidade de acesso em diversos dispositivos, facilidades de cruzamentos diversos de informação para relatórios de gestão, implementação de regras diversas para verificação de direitos a benefícios e por fim, economia aos cofres públicos.

O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema.

1.11. Novo Sistema Eletrônico de Compras

Inicialmente a Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG estava com suas atenções voltadas para o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Compras, porém devido à mudança da estrutura da unidade, acontecida em março de 2016, o projeto não teve continuidade.

Entretanto, encontra-se em processo de implantação uma nova solução de Sistema de Compras Governamentais (ComprasDF), instituído pelo Decreto nº 37.729 de 2016, que visa o gerenciamento eficiente, eficaz e efetivo da cadeia integrada de suprimentos dos órgãos e instituições integrantes da estrutura administrativa do poder executivo do Governo do Distrito Federal, com os seguintes objetivos:

- Contribuir na gestão da despesa, visando à redução dos custos e a melhoria da qualidade dos gastos nas compras públicas.
- Eliminar o desabastecimento e o desperdício na distribuição de materiais adquiridos pelos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal.
- Padronizar e racionalizar as compras governamentais, com a centralização das compras de itens comuns e a normatização das compras descentralizadas.
- Monitorar indicadores de desempenho para uma efetiva gestão por resultados, visando prestar melhores serviços ao cidadão.
- Garantir maior transparência e participação da sociedade no ciclo de compras pública.
- Promover o desenvolvimento da economia local e a sustentabilidade nas compras públicas.
- Ampliar a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos empreendedores Individuais nas compras governamentais do Distrito Federal.

1.12. Sistema Eletrônico de Informação – SEI-GDF

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é um software de governança utilizado por diversos órgãos da administração pública para padronizar processos administrativos. Partindo das necessidades das mais diversas rotinas administrativas, o Governo do Distrito Federal (GDF) implementa o SEI, modernizando trâmites de processos, procedimentos e sistemas.

Entre os meses de janeiro ao final do mês de novembro de 2016 ocorreu a fase de implantação nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal do Sistema Eletrônico de Informação SEI!. Essas ações partiram e foram focadas especialmente na parametrização desse sistema, na elaboração de normativas, manuais e instrumentos de gestão internas, no planejamento e acompanhamento do projeto nos órgãos e entidades aderentes ao SEI!.

Implantação do Processo Eletrônico de Informações SEI-GDF

Revisão e elaboração dos instrumentos legais publicados:

- Decreto Nº 37.565, de 23/08/2016, altera o Decreto nº 36.756, de 16/09/2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal; (altera alguns artigos e a metodologia de implantação);
- Portaria SEPLAG nº 389 de 10/10/2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), no âmbito da SEPLAG, institui o Comitê Setorial de Gestão do Sistema e dá outras providências.

Portarias Conjuntas que estabelecem procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), institui os Comitês Setoriais de Gestão do SEI-GDF e dá outras providências:

- Portaria Conjunta SEPLAG e CACI nº31, de 14/10/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e CGDF nº26, de 16/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e SEMOB nº25, de 09/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e SEGETH, nº 34 de 28/11/2016.

Além desses atos, a SEPLAG já preparou e fez os encaminhamentos dos seguintes produtos:

- Portaria SEPLAG nº 459, de 25/11/2016. Define parâmetros para uso e gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal.
- Minuta Decreto do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito do GDF - Processo SEI nº 00410-00010247/2016-97;
- Minuta Portaria Conjunta SEPLAG e CBMDF, SICOP 410.001839/2016 - (sob análise do CBMDF);
- Minuta Decreto do Número Único de Protocolo - NUP – SICOP nº410.3253/2016 (1º. Processo inserido no SEI pela CACI – em trâmite);
- Minuta novo Acordo de Cooperação com o Ministério do Planejamento enviada por e-mail ao MP para análise. (MP informou que está no GAB do Ministro para tramitar à SEPLAG) – O Acordo vigente é de 2013;
- Minuta de Portaria Conjunta SEPLAG e PGDF – Processo SEI nº 00410-00010063/2016-27 (na AJL/SEPLAG).

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	25.300.000	17.865.905	17.863.097	17.863.097
0002 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	25.300.000	17.865.905	17.863.097	17.863.097
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	15.000.000	6.000.000	100.803	100.803
0048 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	15.000.000	6.000.000	100.803	100.803
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.593.000	26.108.034	25.017.916	24.595.671
7007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	16.593.000	17.523.937	16.486.987	16.064.742
7216 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	10.000.000	8.584.097	8.530.929	8.530.929
9099 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	58.341.912	0	0	0
0004 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	58.341.912	0	0	0
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	24.426.627	3.566.896	0	0
0005 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	24.426.627	3.566.896	0	0
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	5.000.000	0	0	0
0002 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	154.661.539	53.540.835	42.981.816	42.559.571

Observação.: Posição em 31/12/2016.

As ações relacionadas ao programa para operação especial foram, em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no presente exercício. Dentre as atividades mais importantes desenvolvidas no ano de 2016 estão:

- Publicação do Decreto nº 37.699/2016 que amplia a licença-paternidade para até 30 dias, beneficiando diretamente o servidor público do GDF;
- Decreto nº 37.770/2016 que aprova nova sistemática de promoção funcional;
- Manifestação Técnica em processos relativos ao provimento de cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Distrital, em cumprir as determinações impostas pelas Decisões nº 534/2015 e 1.111/2015, emitidas pelo TCDF. Assim, foram analisadas 757 minutas de decretos contendo atos de nomeações e exonerações de cargos em comissão, funções de confiança e designações para outros órgãos, objetivando contribuir com o retorno dos gastos com pessoal aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Desenvolvimento e implementação de rotina no sistema SIGRHNET para concessão de progressão funcional e o registro de cursos realizados pelos servidores;
- Criação do Prêmio INOVADF por meio do Decreto nº 37.648/2016, com o objetivo de premiar equipe de servidores que tenham apresentado resultados que melhorem a qualidade dos serviços públicos prestados;

- Realização da 6ª edição dos Jogos Esportivos e Atividades Culturais do Servidor realizados em comemoração ao Dia do Servidor, com a participação de 1.544 servidores de 50 órgãos do governo.

- Nomeação de servidores aprovados em concurso público, num total de 3795 nomeações, das quais 740 tornadas sem efeito. Os 3.055 candidatos nomeados entraram em exercício nos Órgãos/entidades do Complexo Administrativo do GDF, conforme tabela abaixo:

Relatório de Nomeações 2.016 (Mês a Mês)												
ÓRGÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	Total
CBMDF			4			1	2					7
DETRAN				2								2
DPDF				31				30		11	3	75
PCDF	3	122	3	18	3	165	7	143	5	2	73	544
PMDF	49		3									52
PROCON						1	1					2
SEE	70	160	22	2	38	3	9		4	11	2	321
SEJUS			1									1
SES	1485	14	608	11		298	2		191		167	2776
SSP			1			2			1			4
DFTRANS		3										3
SEPLAG				2		1			1			4
SECRI					1							1
ADASA							3					3
Total	1607	299	642	66	42	471	24	173	202	24	245	3795

Relatório de sem efeito 2.016 (Mês a Mês)												
ÓRGÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	Total
CBMDF							-1					-1
DPDF				-6				-15		-1		-22
PCDF	-2	-13			-1	-16	-2					-34
PMDF	-12											-12
SEE	-24	-24	-5	-1	-7		-1					-62
SES	-305	-4	-150			-95			-53			-607
SSP			-1			-1						-2
Total	-343	-41	-156	-7	-8	-112	-4	-15	-53	-1	0	-740

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.000.000	0	0	0
5373 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	17.600.000	13.560.134	9.949.510	9.749.510
9639 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO--DISTRITO FEDERAL	17.600.000	13.560.134	9.949.510	9.749.510
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	8.590.000	19.500	0	0
9712 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	8.590.000	19.500	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	36.592.298	32.281.205	29.551.552	28.412.573
0009 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS--DISTRITO FEDERAL	36.592.298	32.281.205	29.551.552	28.412.573
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	334.225.134	421.077.786	403.451.737	402.975.666
3874 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF--DISTRITO FEDERAL	7.995.702	5.999.927	2.661.263	2.375.702
3875 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	252.621.307	312.884.020	302.051.205	302.051.205
3876 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	73.608.125	102.193.839	98.739.269	98.548.758
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.632.664	0	0	0
9797 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	4.632.664	0	0	0
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	6.387.940	2.191.679	1.389.481	616.709
0003 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI-REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO .	6.387.940	2.191.679	1.389.481	616.709
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.500.000	378.849	377.220	377.220
0054 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	1.500.000	378.849	377.220	377.220
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	122.581.701	198.580.571	173.119.922	173.118.985
7024 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	122.581.701	198.580.571	173.119.922	173.118.985
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	22.288.606	14.278.313	11.921.940	11.921.940

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
7024 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	22.288.606	14.278.313	11.921.940	11.921.940
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	47.202.400	10.189.316	5.361.299	4.889.616
7897 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	47.202.400	10.189.316	5.361.299	4.889.616
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1.900.000	2.850.000	1.900.000	1.900.000
0001 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL--REGIÃO CENTRO OESTE	1.900.000	2.850.000	1.900.000	1.900.000
TOTAL DO PROGRAMA 6003	604.500.743	695.407.353	637.022.661	633.962.219

Dentre as atividades relacionadas ao planejamento da ocupação e manutenção dos imóveis sob responsabilidade desta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão destacamos abaixo as principais realizações no exercício de 2016:

➤ Elaboração e estudos de ocupação das Secretarias ocupantes da edificação – suporte de execução de layouts e remanejamento de pontos elétricos e de rede;

➤ Contratação e acompanhamento de empresa especializada na demolição e reconstrução da laje da garagem - adequação do projeto arquitetônico e começo da obra em parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, que licita e fiscaliza as reformas do Ed. Anexo - (início da obra out/2016, a qual encontra-se em fase de execução);

➤ Elaboração do plano de emergência contra incêndio para formação de brigadistas voluntários - até hoje foram ministradas duas palestras de orientação geral sobre segurança e dois cursos formando 26 brigadistas voluntários. A finalização é prevista para o final de 2017 quando poderá ser executada a primeira simulação; aquisição de bombas de recalque (bomba d'água); aquisição/instalação de quadro elétrico para as bombas e Recarga de extintores.

Quanto a fiscalização da ocupação dos imóveis foi realizado o Acompanhamento de Termos de Cessão de Uso e manutenção dos imóveis institucionais e funcionais sob responsabilidade desta SEPLAG.

Dos Contratos Corporativos

A Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização manteve durante o exercício de 2016 a execução dos Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de vigilância, Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de limpeza e os Contratos relativos à Frota Oficial de Veículos do Governo do Distrito Federal.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve durante o exercício de 2016 a execução de 06 (seis) Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de vigilância e brigada, 10 (dez) Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de limpeza e 06 (seis) Contratos relativos à Frota Oficial de Veículos do Governo do Distrito Federal.

Relativo aos contratos corporativos de vigilância e limpeza de responsabilidade desta Secretaria foram suprimidos postos atendendo ao determinado nos Decretos n.º 36.757/2015 e 37.121/2016, e, ainda, considerando a Decisão n.º 01/2016 da Câmara de Governança Orçamentária e Corporativa do Distrito Federal.

Quanto aos serviços de vigilância, a supressão de postos e respectiva redução de valor foram efetuadas em 05 (cinco) Contratos firmados com esta Secretaria.

Contrato Vigilância		Postos Reduzidos		Percentual Redução (B/A)
Nº	Valor Mensal (R\$) A	Quantidade	Valor Mensal (R\$) B	
36/2010	4.702.554,70	32	391.827,84	8,33
53/2010	5.669.222,96	44	545.586,30	9,62
08/2011	4.826.047,40	20	248.898,26	5,16
09/2011	5.098.851,26	21	263.302,24	5,16
23/2014	4.487.964,52	97	1.205.564,56	26,86

Dados: SUCORP/SEPLAG

Além dos postos registrados na tabela anterior, foram suprimidos, dos contratos firmados com a SEPLAG, 69 postos na Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE). Tais postos foram objeto do contrato de vigilância firmado pela SEE.

Contrato Vigilância		Postos Reduzidos Na SEE		Percentual Redução (B/A)
Nº	Valor Mensal (R\$) A	Quantidade	Valor Mensal (R\$) B	
36/2010	4.702.554,70	2	24.568,00	0,52
53/2010	5.669.222,96	33	410.886,20	7,25
08/2011	4.826.047,40	12	148.191,24	3,07
09/2011	5.098.851,26	4	49.136,00	0,96
23/2014	4.487.964,52	18	221.112,00	4,93

Dados: SUCORP/SEPLAG

No que se refere aos serviços de limpeza, a supressão de postos e respectiva redução de valor foram efetuadas em 08 Contratos firmados com esta Secretaria.

Contrato Limpeza		Postos Reduzidos		Percentual Redução (B/A)
Nº	Valor Mensal (R\$) A	Quantidade	Valor Mensal (R\$)	
17/2013	861.832,29	28	90.990,66	10,56
19/2013	803.513,91	20	64.888,45	8,08
20/2013	1.309.572,07	20	109.195,99	8,34
25/2013	533.222,36	2	6.344,42	1,19
26/2013	500.021,73	14	44.773,33	8,95
13/2014	454.543,11	19	70.817,36	15,58
14/2014	212.103,32	3	9.968,04	4,70
16/2014	492.230,63	33	105.863,89	21,51

Dados: SUCORP/SEPLAG

A concessão da bolsa estágio foi mantida durante o exercício de 2016. O Contrato nº 162/2012-SES, com o quantitativo total em 31 de dezembro de 2016 na marca dos 1.547 (mil quinhentos e quarenta e sete) estagiários contratados distribuídos nos diversos Órgãos do Governo do Distrito Federal.

Dos Contratos Não Corporativos

Relacionado à Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais destacamos a locação de outro imóvel de terceiros para instalação da sede da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG. A Coordenação de Gestão Interna está desempenhando papel importante no apoio e condução de todo o processo de contratação iniciado em setembro de 2016.

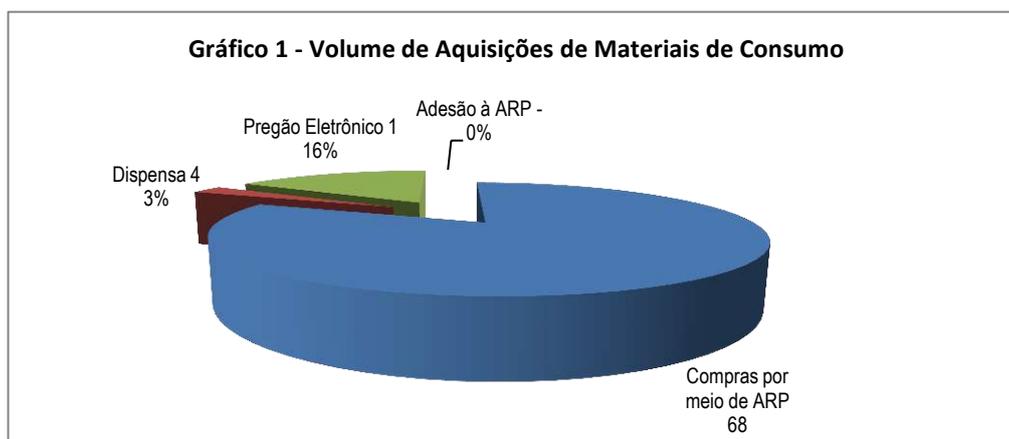
As unidades administrativas que compõem a Diretoria de Gestão Administrativa/CGI/SUAG/SEPLAG sofreram mudanças estruturais de modo a adequar as atividades requeridas às disponibilidades de recursos tanto tecnológicos quanto de pessoas.

Nessa esteira a modernização do setor de compras e contratações na SEPLAG iniciou-se com o Decreto nº 37.484, de 14 de julho de 2016, publicado no DODF Nº 135, de 15 de julho de 2016, que altera a estrutura da área de Compras, objetivando o foco no Planejamento de Compras. Desse modo, objetiva-se assegurar um procedimento que garanta plenamente a efetivação de boas compras.

Com a implantação do SEI, o fluxo do processo de compras está sendo remodelado constantemente. No início de 2016 a extinta Diretoria de Suprimentos realizou visita técnica ao TCDF para conhecer o fluxo do processo de compras implantado (procedimento todo eletrônico) naquele Órgão. Os achados da visita estão balizando a determinação do fluxo mais adequado às características dos requisitantes desta Secretaria.

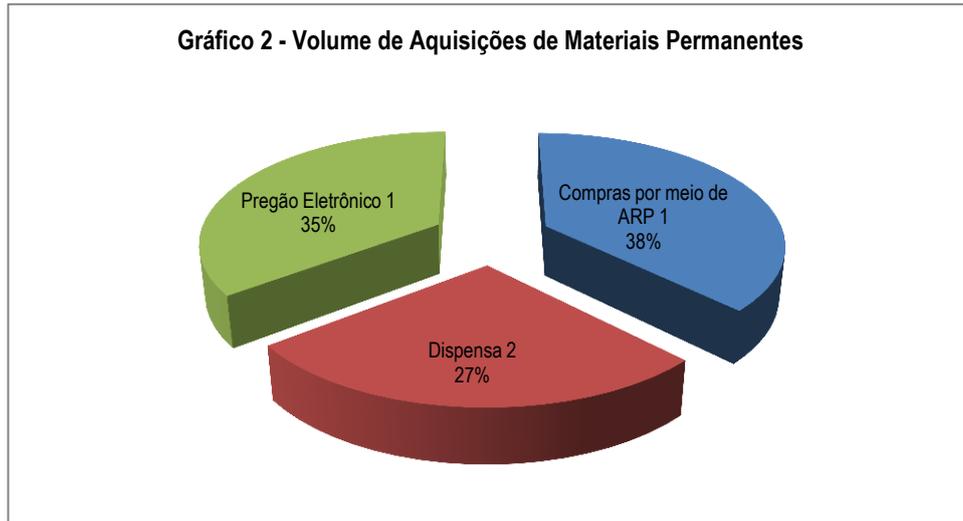
Apresentamos a seguir o resultado das atividades relacionadas às compras e contratações, observado o escopo de atuação da gestão interna, conforme gráficos:

Aquisições de Materiais de Consumo Realizadas entre Janeiro a Dezembro de 2016



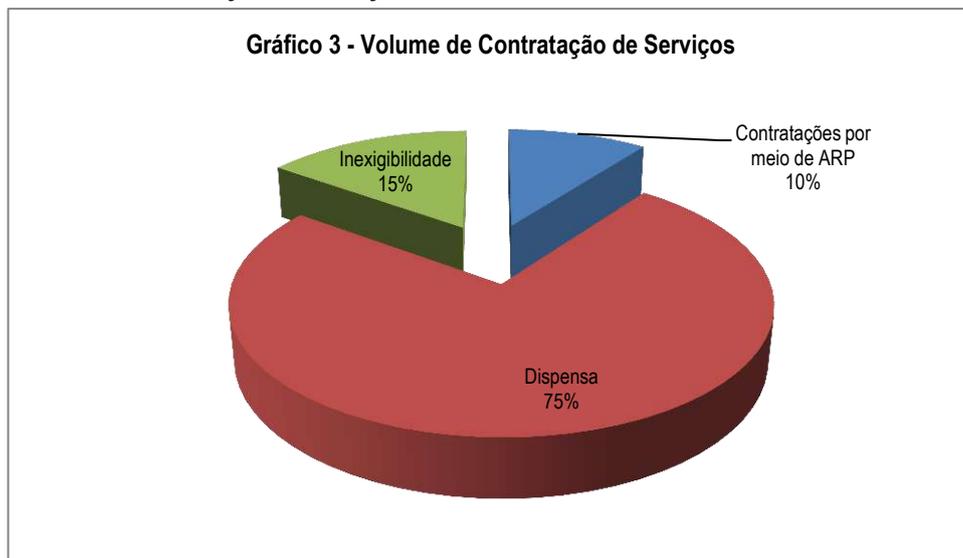
Dados: CGI/SUAG/SEPLAG

Aquisições de Materiais Permanentes Realizadas entre Janeiro a Dezembro de 2016



Dados: CGI/SUAG/SEPLAG

Contratações de Serviços Realizadas entre Janeiro a Dezembro de 2016



Dados: CGI/SUAG/SEPLAG

Referente às ações relacionadas à "Atenção à Saúde e Qualidade de Vida" não puderam ser realizadas devido ao contingenciamento e/ou insuficiência de dotações orçamentárias.

Quanto às ações relacionadas à Administração de Pessoal, Concessão de Benefícios a servidores e Consórcio Brasil Central, foram desenvolvidas as atividades propostas e podemos considerar que, em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no presente exercício.

Diversos eventos foram realizados com o intuito da promoção do Programa de Qualidade de Vida do Servidor, como:

- Dia da mulher: com diversas ações e oficinas em homenagem/comemoração ao dia da mulher;
- Palestra Motivação para Carreiras Públicas;
- Dia do Homem: com diversas ações e oficinas em homenagem/comemoração ao dia do homem;
- Evento na Praça – Transitolândia: montagem da Escola Vivencial de Trânsito aberta à população e aos servidores;
- Na Hora na praça: serviços do Na Hora ofertados na Praça do Buriti;
- Palestra Inteligência Emocional e o papel da PNL no Ambiente Organizacional e palestra sobre segurança na rede: ofertadas aos servidores da SEPLAG;

PROGRAMA: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

ACÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	61.233.439	0	0	0
9205 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-- DISTRITO FEDERAL	61.233.439	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	61.233.439	0	0	0

Observação.: Posição em 31/12/2016.

A gestão e a execução financeira e orçamentária dos contratos de serviços relacionados à Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas do Distrito Federal foram transferidas da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACP, por meio do Decreto nº 37.264, de 19 de abril de 2016.

PROGRAMA: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

ACÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	598.063	611.683	465.500	465.500
0026 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	598.063	611.683	465.500	465.500
TOTAL DO PROGRAMA 6211	598.063	611.683	465.500	465.500

Observação.: Posição em 31/12/2016.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve a execução do contrato nº 028/2012-SEPLAN, firmado junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, com o objetivo de suprir a Secretaria com serviços de manutenção predial, conservação, copeiragem e serviços gerais, com um total de 40 (quarenta) sentenciados.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Governo do Distrito Federal instituiu o Programa de Gestão de Compras Governamentais – ComprasDF, aplicável às aquisições e à contratação de serviços, sob a responsabilidade da SEPLAG e o planejamento e coordenação à cargo da SCG. O mérito da decisão, nada trivial, está no compromisso da criação da “cadeia integrada de suprimentos dos órgãos e instituições integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal”.

A Subsecretaria de Compras Governamentais/SEPLAG foi criada com a desafiadora missão de planejar e implementar as mudanças almejadas pelo atual governo, a se iniciar pelo compromisso de centralizar e normatizar as compras públicas do Governo do Distrito Federal, de forma que a compra com qualidade contribua para a redução das despesas e o equilíbrio financeiro do GDF.

Tal desafio pode ser avaliado, considerando as dimensões estruturais da administração direta e indireta do GDF, que meritoriamente reduzida, por determinação do atual governo, ainda é formada por 20 Secretarias, 30 Administrações Regionais, 28 entidades e 5 órgãos especializados, que, para se manterem operantes e atenderem as demandas da sociedade, realizam suas compras e contratações, embora ao rigor da lei, segundo suas próprias orientações, utilizando sistemas distintos alguns dos quais com defasagem tecnológica de uma década.

A adoção de tecnologias de gestão consolidadas pelo mercado (Business Process Management - BPM) foi uma decisão consciente, embora ousada, da SCG, face aos recursos financeiros reduzidos pelas contingências do momento, ao iniciar o mapeamento de seus processos rumo a melhorias com base no fluxograma otimizado do ciclo de compras e em indicadores quantitativos, projeto apenas iniciado, conduzido a custo zero, em parceria com a academia (Departamento de Engenharia de Produção da UNB) e a Casa Civil do GDF, mas que já evidencia sua relevância – a lógica que orienta a iniciativa é: “O que não pode ser medido, não pode ser gerenciado.” (W. E. Deming).

O Programa COMPRASDF que preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras está em desenvolvimento e será doravante aperfeiçoada, pela melhoria das consultorias - a contribuição motivada das partes interessadas. Será este o legado da SCG/SEPLAG para as futuras administrações das compras do GDF.

A Coordenação de Documentação, Informação e Conhecimento (CDOC), unidade orgânica diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), durante o exercício de 2016 atuou ativamente em várias ações internas voltadas ao âmbito da SEPLAG, além, e sobretudo, para os públicos externos, visando atender necessidades de gestão de documentação, informação e conhecimento de entes do Governo de Brasília e de parte de sua população. Também participou com muita presença em comunidades especializadas do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, em vários entes do Governo Federal.

Com a implementação do Sistema Integrado de Controle de Processos – SICOPWEB, em 16 de maio de 2016 e a implementação do Sistema SEI!, os servidores da SEPLAG foram capacitados para a utilização dos programas.

Também relevante foi a adesão da Escola de Governo do DF ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), que existe para apoiar o desenvolvimento e a implantação de soluções que permitam o contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das organizações públicas e de seus impactos junto aos cidadãos.

O GESPÚBLICA defende a cultura do método, a cultura da excelência e o senso de comunidade e conceitos essenciais ao trabalho que é desenvolvido:

- foco no valor público entregue ao cidadão;
- simplicidade;
- agilidade;
- economicidade;
- escalabilidade e disponibilidade das soluções propostas;
- adaptabilidade e aprendizado social;
- abertura e transparência;
- cooperação radical e intersetorial.

Um dos maiores objetivos do GESPÚBLICA é a mobilização da administração pública brasileira na direção da geração de resultados.

Realizou-se a Oficina da Autoavaliação 250 pontos da Escola de Governo do Distrito Federal, nos dias 30 e 31 de agosto e 1º e 6 de setembro de 2016.

Destaca-se, no ano de 2016, a Gestão de Documentos Administrativos que teve diversas mudanças com implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais. O foco principal da mudança foi tornar os serviços de protocolo, antes rotineiros e operacionais, em gerenciais e estratégicos.

Inicialmente, por meio do Decreto nº 37.335, de 13 de maio de 2016, publicado no DODF de 16/05/2016, p. 3, foi criada a Rede Integrada de Protocolos do Distrito Federal - REPROT-DF tem por objetivo reunir, articular e integrar as Unidades Protocoladoras dos órgãos da administração Direta e Indireta do Distrito Federal a fim de padronizar, potencializar e agilizar o intercâmbio, o uso, o acesso e a disponibilidade de informações acerca dos Serviços de Protocolo.

Novas atribuições advieram da criação da REPROT-DF. Com isso a Gerência de Protocolo - GEPROT passou a gerenciar, no âmbito da SEPLAG, o acesso e as solicitações de alterações no Sistema Integrado de Controle de Processos – SICOP, centralizando o atendimento dos usuários da SEPLAG.

Com advento do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no DODF de 17/09/2015, p. 1, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, a GEPROT passou, por definição, a integrar a Unidade Setorial de Gestão do SEI, pois é unidade orgânica responsável pela gestão de documentos, protocolos e arquivos no âmbito da SEPLAG, cuja competência iniciou-se a partir da implantação do SEI-GDF.

A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) altera, substancialmente, as atividades de Protocolo e Arquivo, tornando necessária a definição de padrões de operação das funcionalidades próprias no sistema.

O SEI faz parte do processo de modernização da Administração Pública Federal, com objetivo de aprimorar a gestão documental e facilitar o acesso de servidores e cidadãos às informações institucionais, o que propiciará celeridade, segurança e economicidade.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Gestão Interna – CGI/SUAG, no âmbito da SEPLAG, relativas a gestão patrimonial foram:

- Foram realizados dois leilões de bens inservíveis;
- Leiloados 232 lotes;
- Arrecadado R\$ 1.3237.470,00;
- Vendidos nos dois leilões 129.769 bens;
- Retirada de 98 caminhões de lixo do depósito SIA, pós primeiro leilão – NOVACAP;
- Apenas um lote de bens para leilão ficou a céu aberto no depósito do SAI;
- 99% dos lotes para leilão ficaram abrigados dentro do depósito;
- Retirada de 10 caminhões de madeiras para reciclagem no CIR – Papuda;
- Emitidos 2084 Termos de Movimentação de Bens Patrimoniais;
- Emitidos 252 Termos de Guarda e Responsabilidade;
- Emitidos 175 Termos de Recolhimento de bens Patrimoniais (inservíveis);
- Foram recolhidos 897 bens inservíveis;
- Valor total dos bens inservíveis recolhidos de R\$ 822.202,08;
- Possuímos em nosso centralizador 312 bens;
- Valor total dos bens no centralizados R\$ 243.863,58;
- 98% dos bens no centralizador vão para SUBSAÚDE, oriundos da Secretaria de Saúde;
- Execução de 07 contratos continuados;
- Execução de 03 contratos de prestadoras (água e luz);
- Execução local de 01 contrato de serviços (FUNAP);

- Execução de 02 contratos de aquisição;
 - Recebimento e teste de 21 fragmentadoras adquiridas;
 - Solicitação de bens ociosos junto ao Ministério do Comércio Exterior, Indústria e Serviço.
- SUBSAÚDE.

A Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE atuou em 2016 de maneira proativa e buscando um atendimento ágil no cumprimento de suas obrigações. O foco dos trabalhos da Subsecretaria foi a saúde do servidor, através de inovações como: o agendamento das perícias por meio eletrônico e informatizado; atendimento aos periciandos por perfis (sistema senhas); a ampliação do horário de atendimento dos servidores para homologação de licenças; e por meio de uma Gestão participativa e compartilhada.

A atuação da SUBSAÚDE ao longo do período de 2016 consubstanciou-se em ações que visaram, de um modo geral, assegurar aos servidores do Distrito Federal as garantias que lhe são assegurados pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis, com vistas a redução das demandas judiciais e, conseqüente, resolução das demandas no âmbito administrativo, parametrizando os processos de trabalho e focando na humanização do atendimento.

O processo de unificação das Unidades de Perícias Médicas do GDF regulamentou uma série de ações que devem ser seguidas, das quais exige a mudança de uma cultura organizacional, que deve acontecer nos próximos anos. Os principais gargalos foram: o reduzido número de consultórios, falta de digitalização dos prontuários, carência de sistema informatizado, restrito número de médicos, assistentes sociais e servidores administrativos. Há também a necessidade de Equiparação Salarial dos servidores dessa Subsecretaria, uma vez que houve a unificação das Unidades de Perícias Médicas do GDF, com servidores das Secretarias da Educação e da Saúde, laborando juntamente com os servidores desta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão em um mesmo ambiente, nas mesmas atividades, contudo com remunerações e direitos diferenciados o que, por sua vez, gera inconformismo por parte, especialmente, daqueles cuja carreira ganham a menor em comparação com os demais colegas.

Dentre as atividades mais relevantes em 2016, destacam-se:

- Implantação do Sistema de Triagem de Atendimento, ocorrido a partir de agosto de 2016: Visa à agilidade das avaliações médico-periciais, à redução do tempo de espera e permanência dos servidores na unidade e, conseqüentemente à melhoria da qualidade no atendimento geral. Após a triagem, os periciandos são direcionados para o atendimento pericial, observando o fluxo, conforme o tipo de senha: Senha tipo A – Homologações de licenças médicas de 01 (um) a 10 (dez) dias; Senha tipo B – Homologação de licenças médicas de 11(onze) a 30 (trinta) dias; Senha tipo C – Homologação de licenças médicas acima de 30 dias.

- Ampliação do horário de atendimento ao público: permitiu o comparecimento do servidor na Unidade de atendimento para homologação de atestado no decorrer das 13 horas de funcionamento. Iniciado a partir da 1ª quinzena do mês de setembro, a homologação de atestados – perícia singular, das 7h30 às 20h30, viabilizando as conclusões das avaliações médico-periciais até às 22h.

- Agendamento das perícias através de *Call Center* (156 – opção: 9): essa implementação permitiu a opção de escolha do horário mais adequado para o servidor se submeter à avaliação médico-pericial, mediante observação das exigências previstas na legislação vigente. Permitindo, assim, a redução do tempo de espera e permanência dos servidores na unidade pericial.

- Agendamento das perícias através do site da SEPLAG: iniciado na 2ª quinzena de setembro de 2016, permitiu a escolha do horário mais adequado para o servidor se submeter à avaliação médico-pericial.

- Realização de Auditoria de atestados de até 03 (três) dias, encaminhados para homologação: estes poderão ser dispensados da avaliação médico-pericial, a critério da SUBSAUDE, conforme previsto no Decreto nº 37.629, de 15 de setembro de 2016. É atribuição da Equipe Técnica, composta por servidores designados pela SUBSAUDE/SEPLAG, auditam os atestados médicos e/ou odontológicos, emitidos no Distrito Federal e/ou municípios que compõem a RIDE/DF – Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, tão somente quando se tratar de licença para tratamento da própria saúde de até 03 (três) dias e que não tenham ultrapassado os 06 (seis) dias no bimestre do ano civil. A Equipe Técnica observa o nome legível do servidor, a data de emissão, a aposição da assinatura do profissional assistente e do carimbo constando o número de registro no respectivo Conselho da classe profissional, CRM ou CRO, o número de dias sugeridos de afastamento ao trabalho, a CID – Classificação Internacional de Doenças e a existência de possíveis rasuras.

- Implantação de informatização de atendimento pericial da SUBSAUDE: ainda em estágio de conclusão, o sistema buscará agilizar a realização da avaliação médico-pericial, viabilizando os registros de informação acerca do histórico clínico do servidor através de prontuário on-line pelo sistema SUPERS – Sistema Unificado de Perícias Médicas.

A Secretaria por meio da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP atuou na atividade de captação de recursos financeiros, nas modalidades de transferências voluntárias do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União e de operações de créditos (internas e externas), para suporte financeiro aos projetos do Governo de Brasília, em benefício à população do Distrito Federal e áreas de influência.

Destaca-se, também, a articulação entre os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, no sentido de manterem regularizadas suas situações de natureza jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa, de forma a atender a todas as exigências previstas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC/SIAFI, com fulcro no Decreto nº 35.109, de 28 de janeiro de 2014.

As operações de crédito sob tutela da Coordenação de Captação de Recursos Internacionais (COREI) demandam aval da União e, a despeito da grave contração na economia do País, cujos reflexos derrubaram a classificação do DF para “D” e impedindo novas operações, perseverou-se na manutenção daquelas consideradas prioritárias pelo Governo de Brasília. Programas como PRODETUR, Drenar-DF, VLT e DF Rural Sustentável foram suspensos, assim como participações em eventos de interesse da SUCAP (Festival ABCR, Encontro Anual do BID, BIRD, etc.).

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Ao longo de 2016 a área de Planejamento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, em cumprimento à legislação vigente, realizou as atividades de sua competência conforme detalhadas nesse Relatório.

O público alvo beneficiado são todas as Unidades Orçamentárias do Complexo Administrativo do GDF, uma vez que os produtos elaborados por essa Área em geral consolidam as informações de todas as unidades e refletem a atuação do Governo do Distrito Federal.

As dificuldades enfrentadas no exercício de 2016 dizem respeito a recursos humanos e tecnologia da informação.

No que se refere à informatização, os módulos do SAG e PPA integrantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO carecem de manutenção e de aperfeiçoamento para recuperar não só funcionalidades e relatórios como também promover atualizações e inovações visando melhorar a qualidade das informações que integram os instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do Governo do Distrito Federal. Com os recursos do PROFISCO-DF e apoio da SUTIC/SEPLAG, espera-se aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos na Área de Planejamento dessa Pasta.

Ressalte-se também a carência de pessoal técnico para desenvolvimento das atividades tanto no Órgão Central de Planejamento quanto nas Unidades Orçamentárias. No Órgão Central, a equipe técnica é constituída por apenas dez servidores efetivos que desenvolvem atividades de coordenação, análise e consolidação das informações de todas as Unidades do Governo do Distrito Federal. Essas atividades englobam desde a elaboração e revisão do Plano Plurianual, seu acompanhamento e avaliação, até a confecção dos relatórios que integram a Prestação de Contas Anual do Governador.

Esse quadro mínimo de pessoal resulta em:

- Sobrecarga de trabalho, o que prejudica uma análise mais apurada das informações e o aperfeiçoamento do conteúdo encaminhado à CLDF e disponibilizado na Internet;
- Dificuldade em propor inovações, novas metodologias etc;
- Limitação das oportunidades de capacitação;
- Preocupação da equipe quanto à capacidade de desenvolver os produtos e dar continuidade ao trabalho decorrente do PROFISCO-DF.

Outro fator que vem dificultando a elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do GDF, refere-se à alta rotatividade dos servidores que atuam na área de planejamento das Unidades Orçamentárias, o que causa descontinuidade e pode comprometer a qualidade das informações prestadas ao Órgão Central.

Para 2017, as principais expectativas dizem respeito à mitigação e/ou resolução dos problemas enfrentados ao longo dos últimos exercícios, a saber: capacitação dos servidores; modernização das ferramentas de trabalho, em especial dos sistemas de informática; adequação do quadro técnico tanto no Órgão Central de Planejamento quanto nas Unidades Orçamentárias e continuidade dos cursos de capacitação na área de planejamento para o aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos na Área de Planejamento.

Outra expectativa para 2017 refere-se à avaliação dos Objetivos Específicos dos Programas do PPA 2016-2019, pois, espera-se demonstrar os avanços conseguidos em seus indicadores ao longo do processo de elaboração e execução do PPA 2016-2019.

Na área de Tecnologia da Informação a manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do Centro de Dados – CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública. Para o exercício de 2017, a SUTIC traz as seguintes perspectivas:

Perspectivas e Projetos Estratégicos da SUTIC para 2017

Visão Geral dos Principais Projetos de TIC – 2017	
Nome do Projeto	Status do Projeto
Expansão do CeTIC	Obras em andamento.
Contínua Expansão da Rede GDFNet	Obras em andamento. Será necessária nova contratação em 2017.
Solução de Monitoramento	O Termo de Referência para aquisição será elaborado até fevereiro de 2017, após o envio para a SEF estima-se que em 03 meses seja preparado o edital e realizada a licitação
Aquisição de Servidores High End	A SEPLAG é partícipe da licitação que será realizada pela ANEEL, com contratação prevista para o exercício de 2017.

Visão Geral dos Principais Projetos de TIC – 2017	
Nome do Projeto	Status do Projeto
Novo Sistema de Recursos Humanos	Em fase de elaboração do edital (SULIC). Previsão de licitação para o 1º semestre de 2017, a depender dos trâmites processuais e disponibilidade orçamentária.
Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCDP	Em fase de homologação pela área de negócio.

Na sequência, destacam-se também as ações da EGOV que visam a aumentar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para a melhoria dos serviços públicos.

A estrutura atual dos órgãos do governo e a assunção de novas atribuições pelos servidores torna necessária a promoção dessas ações de capacitação, a fim de instrumentalizar os agentes públicos para enfrentarem os desafios que lhe são apresentados, por meio da atualização em ferramentas e técnicas de planejamento e de gestão pública, para o alinhamento dos órgãos às propostas do governo e à efetividade das ações relacionadas ao gasto público.

Nesse sentido e para cumprimento da referida programação, a EGOV apresenta os resultados obtidos no ano de 2016 bem como os resultados da gestão nesse período:

- O quantitativo de servidores atendidos em cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EaD);
- A qualidade da nossa instrutoria;
- O acolhimento de eventos de outros órgãos/entidades nas instalações da EGOV, como forma de prestação dos serviços públicos, com profissionais voltados ao interesse do cidadão e à aplicação de ferramentas que proporcionem a disseminação de novos métodos de trabalho em todo o governo e, ainda, a valorização da função pública;
- A inclusão da EGOV no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), rede de apoio à gestão pública brasileira.

No exercício de 2016 a Escola de Governo encontrou as dificuldades para a concretização dos objetivos pretendidos, tais como:

- Rito estabelecido para aquisição de bens e serviços, aliado à morosidade dos processos, o que impactou na melhoria da qualidade das atividades de capacitação oferecidas pelas diversas áreas da EGOV. Embora a EGOV tenha alcançado a maioria das metas estipuladas com relação à capacitação, esse item comprometeu a meta prevista de melhoria de qualidade, tanto para realização de instrutoria interna quanto para o desenvolvimento de novos cursos e projetos bem como para a melhoria de ambiente físico de trabalho para os servidores;
- A reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes, prejudicam a missão institucional. A EGOV fica prejudicada devido aos problemas acarretados pelo deficiente número de servidores do quadro próprio. Para suprir a falta de mão de obra, a Escola conta com a colaboração de três servidores requisitados que, em vista do vínculo precário, acabam por intensificar a alta rotatividade de servidores e a evasão do conhecimento adquirido;
- Pela necessidade de alterar a estrutura organizacional, com aumento de coordenações e gerências.
- Não ter autonomia administrativa, financeira e operacional. Atualmente, a Escola de Governo é uma unidade ligada ao Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, de acordo com o Decreto no 36.825, de 22 de outubro de 2015.

No ano de 2017 serão implementados o seguintes projetos pela Escola de Governo:

- Em janeiro/2017, será realizado junto aos órgãos e entidades do Distrito Federal o levantamento de necessidades, com o objetivo de definir o cronograma de atividades de capacitação dos servidores dos diversos órgãos e entidades no Distrito Federal, para o 1º semestre de 2017. Embora já esteja previsto a elaboração desse projeto de execução da capacitação, ao longo do exercício a Coordenação de Desenvolvimento e Formação - CODEF é demandada de inúmeros pedidos específicos, ou seja, fora da programação, e que necessitarão ser atendidos;
- Apoiar e participar na Rede de Escolas de Governo, cujo objetivo é o aumento da eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo, visando ao compartilhamento de conhecimentos e experiências das escolas de governo, além do incentivo à parceria e à otimização dos esforços para capacitação de servidores;
- Desenvolver capacitações específicas (graduação e pós-graduação);
- Promover concurso de prêmios para inovações na gestão pública visando à consolidação e à divulgação de informações e de conhecimentos relativos à gestão pública;
- Adquirir bens e serviços, como: circuito fechado de televisão (CFTV), projeto de sonorização do Auditório Paulo Freire e das salas de aula, compra de mobiliário, manutenção de ar-condicionado (blocos “A” e “B”); adquirir software de gerenciamento de cursos;
- Montar sala para gravação de videoaulas a serem usadas na educação a distância, com o objetivo de ilustrar, reforçar e complementar o conteúdo dos cursos da EGOV, utilizando importante recurso didático que auxilia na fixação de conteúdos;

- Implementar projeto de gestão sustentável, diminuindo a utilização de papel, certificados, apostilas, material instrucional, com a aquisição de software que atue como gerenciador de cursos e emissão de certificados.

Na gestão de pessoas, busca-se construir um cenário favorável ao servidor público do Distrito Federal considerando ser sua missão “promover políticas em gestão de pessoas que assegurem direta contribuição para a realização da estratégia do governo do Distrito Federal, com ênfase no desenvolvimento de competências, na garantia dos direitos e deveres, no equilíbrio de interesses e na qualidade de vida e que assegurem a valorização, qualificação e a motivação dos servidores”.

Este Governo, por meio do PPA 2016-2019 instituído pela Lei nº 5.602/2015, definiu como um de seus objetivos estratégicos “tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo”. Esse objetivo se desdobra no objetivo específico “implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências e necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados”.

Buscou-se, por isso, neste ano de 2016, a execução de um projeto com apoio de consultoria contratada, cujo objetivo visa cumprir a readequação de pessoas com base no perfil de competências, porém, não houve como executar a ação por falta de recursos financeiros.

Consideramos oportunidade de melhorias, a aquisição e uso de novo sistema corporativo de gestão de pessoas, em substituição ao atual SIGRH e o redimensionamento do pessoal mediante a adoção dos critérios de competências em vista da execução das finalidades institucionais nos termos definidos pela norma acima citada.

Foram executadas de forma satisfatória todos os projetos estratégicos sob responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Pessoas que eram para o ano de 2016: Aprovação de Decreto instituindo a Política de Valorização de Servidores; realização dos jogos dos servidores, elaboração de cartilhas tratando de temas de interesse dos servidores; instituição do Prêmio INOVADF.

Dentre as metas a serem realizadas no ano de 2017 pela SUBSAÚDE, destacam-se a capacitação de servidores propiciando a integração e parametrização dos processos de trabalho; realização de curso de capacitação de médicos e Assistentes Sociais, vinculados à SUBSAÚDE, para a aplicação do Instrumento IF-BrA nos servidores portadores de deficiência, para fins de aposentadoria especial; manter a Integração da análise dos processos junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal para diminuir a judicialização, afeta à perícia médica, no âmbito do Distrito Federal.

Enfim, esses são alguns resultados decorrentes das principais realizações executadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal no decorrer do ano de 2016, que demonstram e reafirmam o compromisso e o empenho desta Secretaria e do seu quadro de servidores no intuito de contribuir com o aperfeiçoamento Administração Pública do Governo de Brasília.